

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO  
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

AMBIENTE URBANO  
O viver no conjunto habitacional Nova Cidade, Manaus/AM

ANA LÚCIA GARCIA TORRES

MANAUS  
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO  
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

ANA LÚCIA GARCIA TORRES

AMBIENTE URBANO

O viver no conjunto habitacional Nova Cidade, Manaus/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração Políticas Públicas e Gestão Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra do Nascimento Noda

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Torres, Ana Lúcia Garcia

T693a

Ambiente urbano: o viver no conjunto habitacional Nova Cidade, Manaus/AM / Ana Lúcia Garcia Torres. - Manaus: UFAM, 2009.

114 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sandra do Nascimento Noda

1. Espaço urbano 2. Política habitacional 3. Habitação popular - Amazonas I. Noda, Sandra do Nascimento II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 316.4(811)(043.3)

ANA LÚCIA GARCIA TORRES

AMBIENTE URBANO: O Viver no Conjunto Habitacional Nova  
Cidade, Manaus/Am

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração Políticas Públicas e Gestão Ambiental.

Aprovado em: 06 de Maio de 2009.

---

Professora Doutora Sandra do Nascimento Noda (UFAM)

---

Professora Doutora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

---

Professora Doutora Elisabete Brocki



Para José Lopes Torres, meu amor.

Para Paulo, Alexandre e Beatriz, minhas riquezas.

Para Lucília, minha mãe, minha inspiração e saudosa guerreira.

## AGRADECIMENTOS

- A **Deus**, a quem tudo devo: o que sou, o que fiz e o que Ele me permitir fazer.
- Pelo apoio incondicional, por todo carinho e amor dedicado. **José Lopes Torres** com quem compartilho toda a satisfação de mais essa vitória.
- Meus filhos **Paulo Torres Neto, Alexandre Garcia Torres e Beatriz Garcia Torres** que suportaram a minha ausência e meu stress durante a execução da pesquisa e me fortaleceram com seu amor e incentivos constantes.
- Aos **moradores do Conjunto Habitacional Nova Cidade** que me confiaram suas histórias de vida e seus sentimentos pelo bairro, meu sincero agradecimento.
- A **Profa. Dra. Sandra do Nascimento Noda** pela orientação, pela confiança que teve em mim desde o momento em que me aceitou para a orientação e pelas experiências compartilhadas.
- Ao **Governo do Estado do Amazonas** – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino- SEDUC/AM, em especial o **Prof. Gideão Timóteo Amorim**, por acreditar na importância da qualificação profissional dos servidores.
- A **Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM**, na pessoa do **Sr. Antonio Fernando Fontes Vieira**, por todo apoio recebido e pelo incentivo pelo aos estudos.
- As amigas **Larissa T. Romão, Maria Nifa M. dos Santos, Nilza Verônica C. Amaral e Silvesnizia Paiva** companheiras na luta diária, unidas e cúmplices em todas as etapas realizadas.
- As anjas **Marilucy Marques e Regina Marieta Teixeira Chagas** também companheiras do cotidiano e que no período que mais precisei dedicaram a mim o apoio pleno de ambas.
- Aos **professores do curso** de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, pelos ensinamentos transmitidos.
- A **Universidade Federal do Amazonas** pela oportunidade da realização do curso.
- A todos aqueles que colaboraram direta e indiretamente para a conclusão deste trabalho sou grata a todas.

Quem teve a idéia de cortar o tempo em fatias,  
a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial.  
Industrializou a esperança,  
fazendo-a funcionar no limite da exaustão.

Doze meses dão para qualquer ser humano  
se cansar e entregar os pontos.

Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez,  
com outro número e outra vontade  
de acreditar que daqui para diante  
vai ser diferente.

**CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2000**

## RESUMO

A temática deste estudo de pesquisa intitulado como: o AMBIENTE URBANO: o viver no Conjunto Habitacional Nova Cidade, Manaus/AM busca identificar e compreender a organização do espaço urbano e as formas de usos dos recursos existentes no conjunto. Para tanto nosso objetivo direcionou-se para os seguintes objetivos: identificação dos espaços locais, dos grupos sociais e das formas de uso dos recursos; descrição dos processos de adaptabilidade social dos moradores; e, análises das percepções sociais e ambientais dos moradores quanto ao uso dos recursos, dos serviços e dos equipamentos locais. Para tanto apresentamos o ambiente urbano através do histórico cronológico do processo de ocupação nas áreas urbanas de Manaus, abordando de forma ampla as legislações, os programas e projetos habitacionais do Brasil e de Manaus. Outro tópico incorporou os cenários históricos dos processos de ocupação co-relacionados aos processos econômicos marcantes na capital amazonense e que muito influenciaram os processos de ocupação urbana como também convergiram para todos os problemas urbano-ambientais identificados e impressos em Manaus atualmente. Como metodologia, utilizamos para este estudo técnicas metodológicas e científicas baseada no estudo de caso visando à maior veracidade dos dados. No entanto, para obter estes dados realizamos caracterização diagnóstica *in loco* como também realizamos diversas visitas para aplicação de formulário-questionário e entrevistas com registros diversos para fundamentar as considerações finais deste estudo. Além disso, o levantamento documental foi essencial para fundamentar as comparações quanto aos depoimentos dos moradores a respeito das atuais circunstâncias que circundam o viver no conjunto. Como conclusões, afirmamos que desde a criação do projeto até a entrega das moradias vários foram os crimes ambientais identificados. A organização social observada sofreu transformações positivas e negativas desde seu início das moradias e o grau de satisfação dos entrevistados pode ser considerada boa, dentre a maioria dos entrevistados. O nosso estudo revelou que as moradias, por sua estrutura, não se apresentam confortáveis diante a metragem inadequada que apresentam e ausência de terreno disponível para quintais. Outro aspecto perceptível se obteve diante as questões referentes aos serviços e equipamentos urbanos disponíveis no conjunto. Dentre estes estão considerados satisfatórios, como as escolas e o comércio, já os itens que demonstraram insatisfação estão o serviço de fornecimento de água e esgoto, a deficiência do transporte público, o abandono da manutenção das ruas e avenidas, o serviço de iluminação pública e a segurança pública. Já as questões ambientais mais preocupantes narradas pelos entrevistados foram direcionadas a respeito das áreas verdes que ora são vendidas pela própria SUHAB, ora se apresentam deterioradas, ora possuem lixo doméstico baldeado. Enfim, mesmo diante as diversas insatisfações descritas e vivenciadas todos os moradores demonstraram-se felizes por residirem no conjunto, mesmo diante as dificuldades percebidas.

**Palavras-chave:** gestão e políticas habitacionais, conjuntos habitacionais, moradia e espaço urbano.

## **ABSTRACT**

The theme of this research study titled as: the URBAN ENVIRONMENT AND PERCEPTION: All live in the New Town Housing, Manaus / AM seeks to identify and understand the organization of urban space and ways to use existing resources in the set. Thus our goal is directed to the following objectives: identification of local areas, social groups and forms of use of resources, description of processes of social adaptability of the residents, and analysis of social and environmental perceptions of residents regarding the use resources, services and equipment locations. To present both the urban environment through the chronological history of the occupation in urban areas of Manaus, in addressing the broad laws, programs and housing projects in Brazil and Manaus. Other scenarios incorporated the topic of historical processes of co-occupation economic processes related to significant capital in the Amazon and that much influence the processes of urban occupation, but also converged for all urban-environmental problems identified and printed in Manaus today. As methodology we used for this study based on scientific and methodological techniques in the case study to the greater accuracy of data. However, to obtain these data we characterize diagnostic spot but also paid several visits to the application form, questionnaire and interviews with several records to substantiate the final considerations of this study. In addition, the survey document was essential to justify the comparisons on the testimonies of the residents regarding the current circumstances surrounding the life as a whole. As conclusions, saying that since the creation of the project until the delivery of several houses were identified environmental crimes. The social organization has observed positive and negative changes since the beginning of housing and level of satisfaction of respondents can be considered good among the majority of respondents. Our study showed that the houses, by their structure, are not comfortable before the film showing inadequate and lack of available land for yards. Another noticeable aspect is obtained before the issues relating to urban services and equipment available at all. Among these are satisfactory, such as schools and trade, as the items that showed dissatisfaction are the service of water supply and sewage, the deficiency of public transport, leaving the maintenance of streets and avenues, the department of public lighting and security public. Have the environmental issues most concern narrated by the interviewees were directed about the green areas that are now sold by the SUHAB, sometimes they are damaged, are now household waste bucket. Finally, despite the many dissatisfactions experienced and described all residents are happy to have lived in all, despite the perceived difficulties.

**Keywords:** management and housing policies, joint housing, housing and urban space.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ruas do entorno do Teatro Amazonas, sem traçado definido.....	35
Figura 2: Arruamento no entorno do Teatro Amazonas.....	35
Figura 3: Mapa da Cidade de Manaus de 1852 .....	36
Figura 4: Mapa da Cidade de Manaus de 1915 .....	37
Figura 5: Imagens das ruas intrafegáveis do conjunto .....	48
Figura 6: Imagem de satélite da área de estudo.....	51
Figura 7: Mapa da divisão do município de Manaus .....	56
Figura 8: Mapa da localização das UC's estabelecidas em Manaus .....	57
Figura 9: Evolução do Desmatamento na Cidade de Manaus .....	59
Figura 10: Expansão imobiliária de Manaus .....	60
Figura 11: Área de Estudo .....	61
Figura 12: Vista aérea do conjunto habitacional e da Reserva Ducke .....	62
Figura 13: Vista área do conjunto habitacional e do Igarapé do Passarinho.....	64
Figura 14: Vista aérea do conjunto habitacional e arruamento do conjunto. ....	65
Figura 15: Casas residenciais e comerciais com placas de venda. ....	67
Figura 16: Arruamento com visíveis sinais de abandono.....	69
Figura 16: Plano emergencial nas principais vias do conjunto .....	68
Figura 17: Mapa da área do conjunto e hidrografia.....	70
Figura 18: Imagem aérea do Igarapé do Passarinho.....	70
Figura 19: Imagem de alagamento no entorno do Igarapé do Passarinho. <b>Erro! Indicador não definido.</b>	71
Figura 20: Mapados principais eixos do conjunto.....	71
Figura 21: Imagem das condições das ruas da área denominada “buracão” .....	72
Figura 22: Carro coletor responsável pelo serviço de coleta de lixo doméstico. ....	72
Figura 23: Imagens de lixo doméstico depositado em áreas verdes do conjunto.....	74
Figura 24: Imagens de moradores carregando sofás que foram jogados em áreas verde do conjunto .....	74
Figura 25: Imagens da situação da estação de tratamento de esgoto.....	75
Figura 26: Imagem da caixa de armazenamento de água.....	76
Figura 27: Caixas de armazenagem e distribuição de água existente no conjunto.....	77
Figura 28: Avenida do Igarapé do Passarinho.....	79
Figura 29: Imagem do ponto final do coletivo n.058 dentro do conjunto. ....	80
Figura 30: Imagem do microônibus (linha 818) circulando no conjunto em dia de chuva.....	81
Figura 31: Imagens das Escolas Estaduais presentes no conjunto. ....	82
Figura 32: Imagens de satélite com Escolas demarcadas. ....	83
Figura 33: Imagem da Policlínica instalada na área central do conjunto. ....	84
Figura 34: Imagem de satélite do conjunto e as principais vias comerciais.....	85
Figura 35: Imagem do 15º. Distrito Policial instalado na via de principal acesso do conjunto.....	86
Figura 36: Imagem aérea do conjunto onde fica visível a ausência de verde .....	91
Figura 37: Imagem do fundo do terreno de uma moradia com quintal cultivado .....	93
Figura 38: Imagem de alguns cultivos praticados nos quintais e nas áreas verdes do conjunto .....	94
Figura 39: Área do Jardim Botânico Municipal e folder explicativo do local .....	95
Figura 40: Imagem de satélite do conjunto com ênfase para as áreas que apresenta pressões antrópicas ilegais .....	97

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual relativo a funcionalidade profissional dos moradores.....	67
Gráfico 2: Quantitativo do número de pessoas que habitam cada moradia.....	77
Gráfico 3: Percentual relativo à iluminação pública do conjunto .....	79
Gráfico 4: Percentual da satisfação dos entrevistados quanto a segurança pública .....	87
Gráfico 5: Relativo ao percentual das origens dos moradores .....	88
Gráfico 6: Percentual sobre a motivação para viver no conjunto.....	89
Gráfico 7: Percentual de apropriação atual no conjunto .....	101
Gráfico 8: Percentual do tempo de moradia no imóvel.....	101
Gráfico 9: Percentual sobre a motivação para viver no conjunto.....	102
Gráfico 10: Percentual sobre a valoração de se viver no conjunto.....	102

## TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de habitações em Manaus/AM .....	44
---	----

## LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação.
CARBO	Coordenação de Arborização e Paisagismo.
CDH	Conselho de Desenvolvimento Humano.
CEF	Caixa Econômica Federal.
CFB	Constituição Federal do Brasil.
COHAB`s	Companhia Municipal de Habitação.
CONDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente.
COOPTAL	Cooperativa de Transporte Alternativo.
EAF	Escola Agrotécnica Federal de Manaus.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas.
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas.
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras.
MBES	Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social.
MC	Ministério das Cidades.
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
MF	Ministério da Fazenda.
MHU	Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.
MI	Ministério do Interior.
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento.
OGU	Orçamento Geral da União.
ONG	Organização não-governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIM	Pólo Industrial de Manaus.
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente.
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.
SEAC	Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária.
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano.
SEINF	Secretaria de Estado de Infra-Estrutura.
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
SEMOSB	Secretaria Municipal de Obras.
SEMULPS	Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos.
SEPURB	Secretaria de Política Urbana.
SFH	Sistema Financeiro da Habitação.
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia.
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia.
SUHAB	Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas.
UEA	Universidade Estadual do Amazonas.
UFAM	Universidade Federal do Amazonas.
URBAM	Empresa Municipal de Urbanização.
WWF	Wild World Foundation.
ZFM	Zona Franca de Manaus.



## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	V
AGRADECIMENTO.....	VI
EPÍGRAFE.....	VII
RESUMO.....	VIII
ABSTRACT.....	IX
LISTA DE FIGURAS.....	X
LISTA DE GRÁFICOS.....	XII
LISTA DE SIGLAS.....	XIII
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. AMBIENTE URBANO.....	18
2.1 O ambiente e os processos de ocupação urbana.....	18
2.2 O ambiente urbano brasileiro se constitui em cidades .....	21
2.3 Amazonas: um processo de ocupação diferenciado .....	26
2.4 A cidade de Manaós: vilarejos, vilas e cidades amazônicas.....	32
2.5 Habitações: moradias de/em Manaus .....	38
2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA .....	47
2.1 Logística da pesquisa.....	47
2.2 A estrutura da pesquisa: o estudo de caso .....	48
2.3 A coleta dos dados.....	50
2.3.1 A amostragem.....	50
2.4 As técnicas adotadas para pesquisa .....	51
2.5 A área de estudo .....	55
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	64
3.1 Como é o viver no Conjunto Nova Cidade.....	64
3.2 Os atores e sua organização social .....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
REFERÊNCIAS .....	106

# 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo através da temática, AMBIENTE URBANO: o viver no Conjunto Habitacional Nova Cidade, Manaus/AM busca compreender a organização, a forma de ocupação do espaço urbano e o uso dos recursos existentes do conjunto habitacional Nova Cidade. Para tanto foi necessário organizar os estudos em três objetivos específicos: identificação dos espaços locais, dos grupos sociais e das formas de uso dos recursos; descrição dos processos de adaptabilidade dos moradores; e, análises das formas de ocupação e usos dos recursos locais.

A temática emerge do incomodo quanto às problemáticas ambientais a cada dia mais evidentes diante ao aprofundamento dos estudos que, mesmo diante dos mais adversos interesses, pontuam para resultados positivos e conseqüentemente para uma melhor qualidade de vida, esta, conceituada por um conjunto de condições objetivas presentes em uma determinada área e da atitude subjetiva dos indivíduos moradores nessa área, frente a essas condições. ([www.meioambiente.org.br](http://www.meioambiente.org.br)).

Pesquisas cidadinas, devem considerar os diversos domínios nos quais os seres humanos estão intrinsecamente relacionados e inter-relacionados sistematicamente e que se concretizam a partir do uso dos recursos naturais o que atinge diretamente o ambiente bem como as áreas circunvizinhas, irradiando-se. A partir desta dimensão torna-se conveniente focar para muito além do que apenas os problemas estatísticos das cidades, pois as advertências de Becker (2004) evidenciam com autoridade outro fator que deve ser integrado aos diálogos ambientais, à inexistência de fronteiras ou divisas quando o assunto é ambiente.

Há tempos a humanidade insiste em ter nas cidades o melhor local para viver, desenvolver, enriquecer, porém é visível o distanciamento cada vez maior que o “concreto armado” do ambiente urbano provoca entre o homem e o ambiente natural.

As sociedades têm se constituído por múltiplas configurações de poderes e saberes ao longo do tempo, determinando e impondo as mais diversas decisões e ações à revelia de uma participação cidadã, manipulando dessa forma, os saberes populares e suas identidades locais. No contraponto dessa realidade, o conhecimento científico vem buscando se sobrepor às razões e “verdades” científicas que dizem respeito aos valores da natureza como também a identidade das pessoas, dos espaços e dos lugares. Tais verdades são enfatizadas por Morin quando indaga que na ciência não há verdades únicas, pois “As teorias científicas são mortais e são mortais por serem científicas” (1998, p.22).

De modo geral a gestão ocupacional do ambiente urbano, como um todo, representa um desafio complexo para as sociedades do mundo inteiro porque não se trata apenas de considerar a preservação dos recursos naturais, mas também de assegurar condições de vida (sobrevivência) às populações principalmente quando esta pertence a uma cidade encravada no coração da Floresta Amazônica, em Manaus.

Em Manaus, a problemática da ocupação urbana há muito é estudada, analisada, questionada e explicitada por José Aldemir de Oliveira, o que facilmente é acurado em suas palavras:

Na produção do espaço urbano de Manaus, os anacronismos e as defasagens têm que ser considerados a partir das desigualdades sócio-espaciais que resultam em distorções e disfunções numa sociedade na qual os eventos se tornam fatores mal controlados e passam a exercer efeitos diversos e por vezes inversos. Esses eventos são quase sempre impostos, o que não significa que são homogêneos enquanto espacialidades, pois esta revela as mais diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam a partir das condições concretas defenderem seus interesses (2003, p.20).

Deste modo, tais diálogos devem tornam-se ainda mais intensos principalmente quando a problemática ocorre numa cidade tão singular como Manaus e especialmente quando as áreas pesquisadas neste estudo são áreas de conjuntos habitacionais limítrofes a áreas de preservação ecológica, como é o caso do Conjunto Habitacional Nova Cidade e a Reserva Florestal Adolpho Ducke.

No entanto entendemos a necessidade de desenvolver e operacionalizar um sistema de ordenamento territorial coerente e integrado, global e local que consiga conglomerar-se a gestão ao ambiente, às percepções, às mobilidades e ao urbanismo sustentável. Tal intento significa recusar toda e qualquer proposta de urbanismo que não vá além de uma abordagem simplesmente setorial, de ações homogêneas, ou em outras palavras, que não sejam capazes de construir, desconstruir e reconstruir cidades numa perspectiva mais humanística.

Entendem-se ser indispensáveis à aquisição de novos conhecimentos, saberes e práticas, relativas aos limites e as fragilidades ambientais tanto pela dinâmica ecossistêmica remanescente da localidade quanto pelas áreas habitacionais cuja vegetação nativa fora completamente retirada. Ainda assim torna-se imprescindível a intensificação de pesquisas para o entendimento dos processos interativos entre os seres humanos e o ambiente urbano, neste caso, no Conjunto Nova Cidade, alvo de nosso estudo.

Pretende-se a partir desta pesquisa testar uma hipótese, a saber: A descontinuidade das políticas públicas no conjunto habitacional Nova Cidade contribui para a degradação no conjunto e nas áreas limítrofes. Porém, nosso estudo não pretende determinar formas ou maneiras de como se deve pesquisar, mas diante a uma complexidade significativa que o urbano demanda, o objetivo principal será descobrir e/ou re-descobrir os problemas urbanísticos do Conjunto Habitacional Nova Cidade, Manaus, pois de acordo com Lefebvre (1999) quando se pesquisa nada poderá ser perfeito porque nenhum modelo assegura uma “cientificidade”, teórica ou prática, absoluta. Especialmente na sociologia (urbana ou não), nem as matemáticas, nem a lingüística, garantem um procedimento metodológico é perfeito ou definitivamente rigoroso.

Como sustentação teórica, nos apoiamos em Henri Lefebvre, Milton Santos, José Aldemir de Oliveira, Yi-fu Tuan. Para suplementar esta pesquisa adotamos uma metodologia

sistêmica de Edgar Morin para compreender o todo a partir das partes que o compõem. Então o presente estudo foi concebido por quatro capítulos principais, a seguir discriminados.

No Capítulo I é apresentado o ambiente urbano através do histórico cronológico a respeito do processo de ocupação nas áreas urbanas abordando as legislações, os programas e projetos habitacionais implementados no Brasil desde o início da colonização. Sobre a cidade de Manaus projetamos igualmente um cenário histórico mais específico a respeito dos processos de ocupação aliados aos momentos econômicos marcantes na capital, assim como todos os problemas identificados e impressos na área urbana agregados aos passivos ambientais evidentes.

No Capítulo II estruturamos a metodologia utilizada na execução deste estudo bem como todas as técnicas metodológicas e científicas adotadas visando uma maior veracidade dos dados obtidos. Ainda neste, vivenciamos a caracterização local da área de estudos a partir de dados empíricos obtidos ao longo da pesquisa de campo e que fundamentaram os dados coletados na área de estudo proposta. Neste, foram evidenciados diversos aspectos, características encontradas no alvo de estudo dentre eles o projeto do conjunto, contando também com a infra-estrutura local constituída pelos equipamentos urbanos, serviços e benfeitorias assistidas.

No Capítulo III denominado com Resultados e Discussões trará em sua discussão o projeto inicial de criação e implantação do conjunto, bem como sua organização atual. Neste ocorreu observação das transformações percebidas desde o início das moradias e o grau de satisfação daqueles que ali vivem até os dias atuais.

## **2. AMBIENTE URBANO**

### **2.1 O ambiente e os processos de ocupação urbana**

O "meio ambiente" tem sido conceituado por diversos autores. Reigota (1995) configura meio ambiente como o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essa conceituação imprime neste ambiente os processos de criação cultural/tecnológica e processos histórico-sociais de transformação do meio natural e do construído.

Em âmbito normativo, a Lei n. 6.938/81 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) é referência quando se trata de conceituar meio ambiente. Reza o art. 3º do referido que meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Já Leff (2001) defende que o ambiente não é simplesmente ecologia, mas consiste em toda a complexidade do mundo, pois através do ambiente é possível descobrir-se os saberes sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza que ocorrem nas relações de poder por meio das formas dominantes do conhecimento, exatamente o que se reflete nos centros urbanos.

Dessa forma acredita-se ainda que a categoria "meio ambiente" ou "ambiente" deve ser considerada como uma categoria mais sociológica do que biológica, pois seu caráter impreciso, ambíguo e vago é reflexo do próprio saber ambiental, mutável de acordo com as especificidades do lugar onde é produzido, co-produzido, re-elaborado, em suma, vivido e experienciado. (LEFF, 2001).

Então, para entender o ambiente como um todo (incluindo os seres humanos neste) é preciso entender e sensibilizar-se a respeito da “complexidade ambiental” que se propõem na

compreensão, na internalização e no delinear desse mesmo ambiente, ou seja, re-significando-o, re-construindo-o sob um conceito mais singular e próprio.

Neste contexto e diante a uma das características cartesianas/positivistas presente na sociedade capitalista, a fragmentação dos saberes, nos deparamos com o ambiente urbano, sua fragilidade e sua complexidade ante as inúmeras problemáticas vertentes que as cidades estão somando ao longo dos tempos.

No ambiente urbano são estruturadas as habitações urbanas, os lares, que são os maiores desafios na estruturação das cidades e na organização dos espaços urbanos em especial nos grandes centros, pois diversas são as forças que intervém neste ambiente e dentre tantas, o mercado imobiliário age regendo e privilegiando determinadas localidades para ocupação desses espaços de acordo com a classe social econômica dos ocupantes (Oliveira, 2000).

Mas é necessário perceber que, além dos problemas imobiliários nos grandes centros urbanos, o espaço urbano por si só é produto da organização espacial cunhado pela/na sociedade e como afirma Carlos (2004), na produção do espaço ocorre à interiorização da produção humana, sendo o espaço um produto social não apenas por ser habitado pelo homem, mas por ser produto, meio e condição de produção para o homem.

É fato que um dos principais contribuintes para este quadro ambiental delicado e preocupante nas cidades, de um modo geral, é resultado pleno do sistema de globalização mundial que vem induzindo à homogeneização nos padrões de produção e de consumo, transformando a natureza em algo desnaturalizado, limitada apenas a oferecer matéria-prima para ser transformado em produto de mercado. Este quadro é sensivelmente evidenciado nas palavras da Corrêa (2006), quando narrou:

As civilizações, os povos, as sociedades, a educação em sua forma mais ampla, as ciências, as artes, as éticas, as economias, as políticas, as religiões e as ecologias, são tratadas em forma estanque e consideradas “encaixes” de um carrossel financeiro que nos aprisiona num campo de força, cuja intensidade se molda às circunstâncias historicamente postas pelos agentes financeiros, conglomerados econômicos e governos hegemônicos.

Tais observações remontam à constituição das classes sociais e suas divisões que foram bem enfatizadas por Santos (1993) quando afirma que o espaço é pré-determinado de forma que a classe média ocupe áreas mais privilegiadas e a classe de baixa renda seja empurrada para as periferias, como mola propulsora da especulação imobiliária.

A partir dessas observações, vale ressaltar que os processos de estabelecimento das cidades têm sido os mais adversos possíveis, pois divergem no planejamento, no tamanho, na forma e na densidade, pois as características adquiridas e demonstradas pelas populações vêm demonstrando uma tendência a racionalidade e a impessoalidade, produto do meio abstrato que as cidades, principalmente os grandes centros promovem.

E é neste contexto de mundo globalizado que se entende os problemas identitários existentes nas ruas do conjunto acompanhado de um quadro de certa impessoalidade o que Chinoy (1975) ilustra muito bem quando afirma que, as diversidades urbanas engendram a intolerância das diferenças e uma despreocupação pelo comportamento alheio.

Todo este contexto é facilmente entendido em Lefebvre (1999) quando afirma que atualmente o fenômeno urbano surpreende por sua enormidade; sua complexidade ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos da ação prática, interpretação tal que em si mesma se encerra e se faz entender.



## **2.2 O ambiente urbano brasileiro se constitui em cidades**

A população brasileira, segundo estudos de Maricato (1997) tem optado desde os primórdios a viver e morar nas áreas litorâneas do país, mesmo porque o processo de colonização se deu a partir do litoral brasileiro. Este cenário começa a sofrer alterações diante a queda comercial do açúcar, principal atividade econômica do período, dando abertura à exploração em busca do ouro motivando assim a expansão territorial para o interior do país e dessa forma fazendo surgir novas cidades.

A estrutura implantada nas cidades brasileiras, no período entre 1570 e 1770, seguia os moldes de Lisboa e foi diante a isso que se instituiu a primeira política de urbanização no Brasil com um sistema viário formado por ruas e praças, com lotes e quadras em conformidade as normas estabelecidas no território português. (CASTRO, 2004)

Com o passar do tempo e independente de Portugal tínhamos 12 núcleos classificados como cidades em meados de 1822, nesta ocasião o Brasil possuía cerca de 3 milhões de habitantes sendo que destes apenas 5,7 % localizavam-se nas cidades, e, apesar de poucos habitantes centralizados nas cidades, já era possível verificar um processo de ocupação indiscriminado. Somente a partir de 1850 institui-se a primeira Lei das Terras que distingue solo público e solo privado, segundo Maricato (1997).

Foi no período de industrialização do café que se inicia o desenvolvimento urbano e regional do país, neste período e até o final do século XIX a demografia já havia se modificado muito, pois cerca de 80% da população localizava-se na área rural enquanto que 13% atuavam em serviços somados a 7% da indústria, nas cidades (IBGE, 2008).

Neste período, é a industrialização a maior impulsionadora da produção nos grandes centros necessitando de mão-de-obra nas cidades, o que impetrou para um crescimento urbano desordenado, pois a população se instalava em habitações coletivas (vilas) sem qualquer

planejamento ou infra-estrutura em busca de trabalho. Sendo assim, o urbanismo não pode ser entendido como absoluto, mas, necessariamente presente na relação com o lugar, com o espaço, e de sua dinâmica também denominada como o social. Neste sentido é que Castro (2004) defende que o espaço ultrapassa o sentido que lhes deram as ciências sociais e, em particular, na aplicação aos estudos urbanos e no Brasil este processo começa a se enraizar a partir do século XX.

Outro acontecimento que acresceu ainda mais os problemas de ocupação desordenada ocorreram no governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, pois ocorreu um incentivo ao crescimento urbano através da motivação a migração interna principalmente de populações nordestinas, conforme estudos de Maricato (1997).

Como os problemas com as moradias se agravavam cada vez mais, o governo da época congela os preços dos aluguéis, mas ao contrário do esperado, houve um desestímulo na oferta de imóveis e de novas moradias devido aos baixos lucros produzidos, surge então a Fundação da Casa Popular. Esta fundação trata-se da primeira política nacional de habitação, criada em 1946, e que se revelou ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento pré-estabelecidas, o que incorreu para o comprometimento do desempenho do projeto quanto ao atendimento da demanda, pois o mesmo foi restrito a alguns Estados da federação e com uma construção pouco significativa de unidades (BRASIL, 2008).

Por volta dos anos 50, Maricato (1997) descreve que o cenário desfrutado nas cidades era de parcelamento do solo e do surgimento do transporte coletivo em substituição ao bonde, meio de transporte utilizado no período, intensificando os olhares e atenções para outra das necessidades urbanas: o processo de implementação de ruas e pavimentos. Ficou claro que a problematização da ocupação territorial acaba por desviar a atenção das políticas de habitação, que a cada ano se agravava, para o transporte coletivo promovendo dessa forma a expansão da ocupação urbana de forma desordenada.

A solidificação do transporte coletivo implantado nos grandes centros promove uma aproximação maior entre as distâncias e com isso iniciam-se também o surgimento dos loteamentos ilegais em áreas mais distantes resultando na periferização nas cidades. Com a industrialização dos automóveis surge então à necessidade da construção de vias públicas (ruas e avenidas) fazendo com que o problema de moradia mais uma vez fosse diligenciado a um plano secundário.

Vale ressaltar que as políticas habitacionais impressas no Brasil foram tardias, imediatistas e seletivas, pois até meados dos anos militares de ditadura não tínhamos nenhuma política de caráter nacional dirigida às questões habitacionais especificamente. A primeira iniciativa surgiu a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH) que tinha a finalidade de promover o direito à habitação, favorecendo principalmente às camadas da população entre 1 a 3 salários mínimos (GOMES, 2005).

Em 1964 é criado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) como instrumento para utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores para financiar habitações populares através do Banco Nacional da Habitação (BNH) que perdura até 1986. (MARICATO, 1997).

Com a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH) em agosto de 1986, suas atribuições passaram a Caixa Econômica Federal (CEF), permanecendo a área de habitação, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), com a competência de abranger as políticas habitacionais, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, passando a Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU) em 1987, o que não perdurou, pois em setembro de 1988, ocorrem novas alterações: cria-se o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES), em cuja pasta permanece a gestão da política habitacional (BRASIL, 2008).

Neste mesmo período outro fato que cresceu positivamente foi exigência da confecção de planos diretores para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes proposta pela Constituição Federal (CFB) de 1988, ainda assim propõem-se um processo de descentralização com uma redefinição de competências onde ocorre um repasse da atribuição dos Estados e Municípios da gestão dos programas sociais, e dentre eles o de maior gravidade, a habitação.

Ainda em 1989, o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social MBES é extinto dando lugar a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC) passando a permitir uma maior autonomia aos governos estaduais e municipais ficam sob a égide do Ministério do Interior. Já as atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a Caixa Econômica Federal (CEF) passam a ser orientados pelo Ministério da Fazenda.

Em 1994, o governo Federal lança os programas Habitar Brasil e Morar Município sucessivamente, foram experiências incorporadas em um amplo Programa Nacional chamado Habitar-Bid, que se tornou o principal instrumento da Secretaria de Política Urbana, hoje transformada em Ministério da Cidade. Esta secretaria desempenha suas funções com recursos do Orçamento Geral da União e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) criado em 1993, extinto em 1994 e recriado em 1997 sob a forma de contribuição e com a nova sigla de CPMF que incide sobre os cheques (SOUZA, 1998).

Porém, por não terem muito recurso financeiro não atingiram as expectativas. Já em 1995, após a reforma na política habitacional, Ministério do Bem-Estar Social (MBES) é extinto e surge a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), abrangida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

Na seqüência a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) passa a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) deixando ainda as áreas da habitação e do desenvolvimento

urbano sem recursos financeiros expressivos e sem capacidade institucional de gestão, no plano federal.

Paralelamente e com as mudanças políticas governamentais que o país sofreu, com a introdução do neoliberalismo, a partir dos anos de 1990, a economia brasileira passa a integrar-se aos fluxos do processo de globalização. Dessa forma, instituições internacionais de financiamento, através da Organização das Nações Unidas (ONU), passam a orientar programas de habitação impondo diversas diretrizes, no caso específico da habitação, a Conferência Habitat II, em Istambul em 1996.

Atrelado a este novo cenário, foram criadas novas linhas de financiamento, tomando como base projetos de iniciativa dos governos estaduais e municipais, mas ainda assim o financiamento do setor público para a realização de empréstimos habitacionais foi restringido, tanto pelos recursos do Orçamento Geral da União (OGU) quanto pela utilização dos recursos FGTS. Mas, apesar das dificuldades foram ampliadas condições de autonomia e de iniciativa locais para a definição de agendas e implementação de políticas habitacionais.

A partir de 2003 pode-se perceber mudanças mais significativas nesse quadro diante a criação do Ministério das Cidades, órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e pela Política Setorial de Habitação. Este ministério passa então a integrar a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.

Ainda o mesmo ministério, diante aos desafios propostos promovem através de um modelo participativo e democrático a realização de Conferências municipais, regionais e estaduais nas cidades para debaterem sobre os problemas das cidades individualmente elaborando políticas futuras. Logo a seguir aconteceu a Conferência Nacional das Cidades, que permitiu a criação do Conselho das Cidades com a aprovação das diretrizes para nova

Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, este último composto por quatro Comitês Técnicos: Habitação, Planejamento Territorial Urbano, Saneamento Ambiental, e Transporte e Mobilidade Urbana.

No entanto, as políticas e as ações até então implantadas ainda não puderam tornar-se eficientes diante ao tamanho do problema habitacional nacional que se expande, pois o déficit habitacional urbano nacional já correspondia a 88,2% em 2000. Problema agravado nas regiões Sudeste e Nordeste onde agregam a maioria da população brasileira, sem esquecer das populações que vivem nos grandes centros, em moradias sub-humanas neste cenário a cidade de Manaus faz parte do problema pois está classificada entre os 10 (dez) maiores municípios do país em densidade demográfica. (IBGE, 2008).

### **2.3 Amazonas: um processo de ocupação diferenciado**

Manaus é uma cidade singular, com características intrinsecamente européias, encravada no meio da floresta amazônica e abraçada pelos Rios Negro e Solimões que se fundem originando o Rio Amazonas, teve o início de seu processo de ocupação datado do final do século XV onde historia-se que tenha ocorrido com a descoberta da foz do rio Amazonas pela expedição dos irmãos Pinzón, sob o comando do navegador espanhol Vicente Pinzón (FREIRE, 2005; BEZERRA NETO, 2001).

Apesar de serem os primeiros a investirem na conquista da região, os espanhóis não a ocuparam, pois foi no início do século XVI que Portugal, país colonizador do Brasil, determinou a realização de várias expedições pelo litoral norte do Brasil, porém não efetivou nenhuma ação de colonização nesta área.

Já a Espanha, baseando-se no Tratado de Tordesilhas, resolveu conquistar as terras do vale amazônico e durante o século XVI várias expedições espanholas se aventuraram pelo rio

Amazonas e a mais famosa delas, comandada pelo navegador Francisco Orellana, desceu de Quito, na época importante centro do império colonial espanhol na América, e chegou ao oceano Atlântico pelo rio Amazonas. Esta viagem foi a primeira realizada pelos europeus em que o rio Amazonas foi percorrido em toda a sua extensão. Isso possibilitou a criação de um imaginário amazônico difundido para toda a Europa, principalmente pela lenda das Amazonas. (CORTESÃO, 1965).

Ainda no século XVI, à revelia do Tratado de Tordesilhas, alguns europeus resolveram explorar a região: os holandeses penetraram pelo rio Amazonas e estabeleceram pequenas benfeitorias as margens do rio Xingu, já os ingleses também estabeleceram benfeitorias no delta do Amazonas (BEZERRA NETO, 2001).

As tentativas de ocupação da região tinham como principal objetivo a exploração mercantilista das chamadas drogas do sertão e para isso foram criadas companhias de navegação e comércio, tanto pela Inglaterra quanto pela Holanda. As drogas do sertão, como eram chamadas compuseram a economia da primeira fase colônia, que era baseada no extrativismo primário, mas que se transformam radicalmente quando fundamentam-se a produção manufaturada e a agricultura de pequenas propriedades. (SOUZA, 2005).

Vale ressaltar que segundo Moreira Neto (s/data), o processo de ocupação da Amazônia de fato teve início a partir do século XVII sob um território que não se encontrava vazio e livre de contingente, ao contrário, a ocupação nos primeiros séculos significou uma forma peculiar de colonização que longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-os ininterruptamente em suas populações indígenas.

No período conhecido como União Ibérica, período de unificação das monarquias ibéricas, Portugal e Espanha, sob a direção da Coroa Espanhola, o Tratado de Tordesilhas perdeu sua função e existência, sendo assim, D'Albuquerque & Marinho (1999) acreditam que neste período é que Portugal inicia a conquista da Amazônia já autorizada pela Coroa

Espanhola e a partir de então se criam núcleos coloniais e erguem-se fortificações em locais estratégicos para a defesa do território. Este processo teve seu início com a fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, em 1616 por Francisco Castelo Branco.

Estes núcleos coloniais são as primeiras tentativas de ocupação territorial amazonense e ocorreram de forma contínua através das inserções missionárias de jesuítas, a exemplo, Rio Tarumã em 1600, próximo a Manaus e no Rio Urubu, em 1660, originando os atuais municípios de Silves e Novo Airão. Todas estas inserções missionárias de jesuítas somente ocorreram porque Portugal buscava a ampliação de seus mercados.

Com o objetivo de reafirmar sua soberania sobre a região Amazônica a Coroa Portuguesa, de acordo com Becker (2004), promoveu ainda entre o século XVII e XVIII um inventário dos recursos ambientais na bacia do rio Amazonas, através de uma política que restringia o acesso aos recursos ambientais existentes.

Somente após a dissolução plena da União Ibérica, em 1640, é que Portugal deu início ao processo de ocupação dos territórios na Amazônia e este foi marcado por estratégias de ocupação da Amazônia, pois já não se tratava de uma área desconhecida e que, para manter-se sob seu domínio, necessitava fixar famílias nas terras.

Registra-se que em 1743, através do naturalista francês Charles-Marie de La Condamine, primeiro cientista a visitar a Amazônia, pode-se perceber a importância da presença dos religiosos portugueses para a fixação da civilização européia e para o domínio português do território, assegurado pela construção de postos e marcos, os quais garantiam a posse das fronteiras, período inicial de demarcação dos limites da Amazônia (CONDAMINE, 1992).

Apesar disso as fronteiras amazônicas que antes estavam determinadas pelo Tratado de Tordesilhas, sofreram modificação entre 1616 e 1777 devido ao fato de os portugueses terem assumido definitivamente o controle e a exploração da região, através da assinatura do



Tratado de Madri, em 1750 tendo como principal negociador, Alexandre de Gusmão. (CORTESÃO, 1965).

Neste período a colonização portuguesa baseou-se no tripé comércio-aldeamentos-fortaleza, com uma economia referenciada em práticas mercantilistas, sendo a exploração das chamadas drogas do sertão a principal base econômica da região. Quanto à mão-de-obra, a população indígena fora escravizada e este era o recurso humano que garantia a atividade comercial, cabendo às missões religiosas o controle econômico e o processo de destribalização indígena (BEZERRA NETO, 2001).

O processo de ocupação na Amazônia não teve os conflitos minimizados, pois para Santos (1993), a história da região assemelha-se a “um exemplo ímpar de colonização, uma outra colônia portuguesa na América, diferente da colônia chamada Brasil”. Ainda o mesmo autor, afirma que as peculiaridades da região puderam favorecer um processo único na ocupação da Amazônia colonial: primeiro foi à adoção de estratégias militares sem a preocupação com a exploração econômica; posteriormente houve a exploração dos recursos naturais com a mão-de-obra indígena escravizada e legitimada; e por fim a Amazônia tornou-se uma “possessão administrada por Lisboa” não se relacionando com o Governo Central do Brasil e, portanto constituindo-se num Estado autônomo, recebendo as seguintes denominações: Estado do Maranhão (1621), Estado do Maranhão e Grão-Pará (1654); Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) e Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1772).

Foi por volta de 1750, quando D. José I assumiu o trono português foi nomeado como Secretário de Estado dos Negócios do Reino de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, e que posteriormente recebeu (1770) o título de Marquês de Pombal, e, sob seu comando a Amazônia integrou-se ao sistema econômico e político lusitano, sem, contudo perder seu vínculo de dependência com a metrópole.

Dentre as medidas adotadas por Pombal, as que mais significaram para a Amazônia foram: a introdução de negros escravos e famílias açorianas trazidas para incrementar o desenvolvimento agrícola e o povoamento; o confisco e redistribuição do patrimônio dos jesuítas (expulsos da Amazônia em 1759); a modificação do sistema de trabalho indígena; a criação de uma companhia de comércio e navegação protegida pelo rei (Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755); a reformulação e a ampliação da máquina administrativa; a transferência da capital de São Luis para Belém (ponto estratégico para o comércio da região amazônica) e a transformação das antigas aldeias em vilas e lugares com nomes luzitanizados. Neste cenário Freire (2005) ressalta que o Amazonas foi a única unidade política que após a independência do Brasil não tinha sido aportuguesada, permanecendo “majoritariamente indígena”.

Já entre 1850 e 1899 o Império re-fez a delimitação da Amazônia, pois se preocupava com dois acontecimentos: a internacionalização da navegação e o “boom” da borracha. Mas, a formação do território da Amazônia, de fato, só foi possível entre 1899-1930 com a delimitação das suas fronteiras após acordos diplomáticos importantes e a presença do exército, garantindo o controle interno do território. (MACHADO, 1989 *apud* BECKER, 200; BECKER, 1995 *apud* BECKER, 2007).

No entanto o século XX foi marcado pela elaboração de diversos planos de governo e intervenções tanto na economia quanto no território, com a delimitação da região utilizando-se critérios científicos e a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Neste sentido Becker (2007) afirma que o planejamento não se traduzia em ações concretas, mas foi somente no governo de Juscelino Kubistchek que houveram impactos reais na região, provocados pela construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre.

Estas rodovias motivaram o aumento da migração em direção à Amazônia, que em dez anos teve sua população aumentada em cinco vezes, segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE). Entre os anos de 1950 a 1960 a população regional passou de 1 milhão para 5 milhões. Preocupantemente, o planejamento regional da região somente é iniciado entre 1966 e 1985 quando o governo decretou prioridade no processo de ocupação do território amazônico por dois motivos: resolver tensões sociais nas regiões Nordeste e Sudeste como consequência da modernização da agricultura e resolver possíveis focos revolucionários a exemplo do que havia acontecido no século XIX com a Cabanagem, revolução social que dizimou a população amazônica (30 mil mortos) e abarcou um território no município de Belém do Pará, em 1835. (Di Paolo, 1986).

Outro fator propulsor era a possível ameaça à soberania nacional pelos países vizinhos, haja vista a crescente migração nas fronteiras e, em meio a tudo isso o governo criou, em 1966, a Zona Franca de Manaus (ZFM), como uma poderosa estratégia de desenvolvimento regional.

Segundo Becker (2007), várias estratégias foram implementadas na produção do espaço amazônico, e, entre 1968 e 1974 o Estado criou uma estratégia para se apropriar e controlar o território amazônico, ou seja, o Estado brasileiro implantou um tipo de malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes capazes de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação.

Foi a partir deste período que este território passa a ter outros significados, o que foi bem impresso nas palavras de Lefebvre (1978 *apud* BECKER, 2007) quando este afirma que após a construção do território o Estado passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, espaço constituído de normas, leis e hierarquias.

Os incentivos fiscais e os créditos a juros baixos, em conjunto com os projetos de colonização foram medidas adotadas incentivam cada vez mais o fluxo migratório para a Amazônia. Muitas empresas multinacionais, incentivadas pelas políticas desenvolvimentistas

dos governos militares, instalaram-se na região para a exploração tanto das riquezas naturais quanto da mão-de-obra do amazônida.

No entanto, muitos foram os conflitos gerados tanto pela posse da terra quanto pelo desrespeito das diferenças socioambientais, entre 1970 e 1990 vários foram os conflitos de resistência social aliados à pressão das organizações ambientalistas e humanitárias, tanto nacionais quanto internacionais o que configurou à Amazônia, no entendimento de Becker (2007) como uma fronteira socioambiental.

Foi a partir dos anos 90 que surgem diversas redes de informações onde passaram a figurar as organizações religiosas, as Organizações Não-Governamentais (ONG`s), as agências de desenvolvimento, os partidos políticos e o governo. Este novo cenário é compreendido por Coelho (2005), que em deferência a nossa região preconiza que o passado desempenha um papel considerável na definição da região, assim como o presente e o futuro contribuem para a sua redefinição.

## **2.4 A cidade de Manaós: vilarejos, vilas e cidades amazônicas**

Manaus surge em 1669 como Forte de São José do Rio Negro, porém no governo do Marquês de Pombal (1750-77), modificam o processo de colonização criando a Capitania de São José do Rio Negro, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

Já após a metade do século XVIII algumas modificações ocorrem a nível político administrativo elevando a categoria de vilas quarenta e seis missões da Amazônia e destas nove na Capitania de São Jose de Rio Negro, são elas: “Borba, criada em 1756; Barcelos, em 1758; Moura, em 1758; Serpa, em 1759; Silves, em 1759; São Paulo de Olivença, em 1759; Ega, em 1759; São José do Javari, em 1759; e São Francisco Xavier de Tabatinga, em 1759”

(Universidade do Amazonas, 1983, p. 201). Vale ressaltar que neste mesmo período era possível comprovar a existência de onze núcleos de povoamento (CEDEAM, 1983).

As vilas foram implantadas em pontos estratégicos às margens do rio Amazonas ou na foz de seus principais afluentes e tinham como funções: defesa, cobrança e controle de tributos, entreposto comercial de produtos extrativos e agrícolas. Historicamente, entre os séculos XVII e XVIII, a exploração das drogas do sertão e a agricultura predominavam e a população do Estado do Amazonas estimada era de 1.129 habitantes segundo o recenseamento público do ano de 1781.

Somente a partir de 1850, após a elevação do Amazonas à categoria de Província; a introdução da navegação a vapor em 1853; a exploração extensiva dos seringais; e o movimento revolucionário dos cabanos, a Cabanagem (Di Paolo, 1986) é que se iniciou o processo de estruturação da malha urbana do Amazonas.

No período mais intenso da exploração da borracha, entre 1860 e 1910, foram sendo criadas vilas nos altos rios à margem direita do rio Amazonas, ao mesmo tempo, que foram diminuindo os povoados do vale do rio Negro e que, por volta de 1890 contava com apenas dezoito (18) povoados dos trinta e dois (32) existentes no final do século XVIII.

Na última década do século XIX, além da expansão urbana da cidade de Manaus que se estendeu até 1910, consolidou-se também a base da divisão municipal do Estado e estabeleceram-se os critérios para a criação de novos municípios, sendo determinada a estrutura do poder municipal e da nova divisão do Estado do Amazonas.

O Estado do Amazonas foi dividido em vinte e três (23) municípios: Manaus, Itacoatiara, Silves, Urucará, Parintins, Barreirinha, Maués, Borba, Manicoré, Humaitá, Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, São Felipe do Rio Javari, Canutama, Lábrea, Antimary, Moura, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e Boa Vista do Rio Branco.

Manaus, cujo nome significa "mãe dos deuses", em homenagem à nação indígena dos Manaós, foi legalmente transformada em cidade no dia 24 de outubro de 1848 com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro e somente em 4 de setembro de 1856 voltou a ter seu nome atual.

Atualmente o Estado do Amazonas detém 62 municípios dos quais, Manaus é a capital e a cidade mais populosa da Amazônia, atualmente conta com 1.709.010 habitantes (IBGE, 2005). A economia da cidade de Manaus está baseada nos processos industriais existentes no Pólo Industrial de Manaus - PIM, que é a extensão do que inicialmente foi a Zona Franca de Manaus (ZFM) 1966, em grande parte responsável pelo fato de a cidade deter o 4º maior PIB do país, atualmente. (A CRÍTICA, 2009).

Manaus, cidade única por suas diversas e específicas características é denominada como uma cidade e um lugar de grande concentração humana e que contempla múltiplos significados o que a transpõe para além das mais diversas conceituações (Oliveira, 2003). Entretanto devido à elevada densidade populacional nestes grandes centros, as sociedades atualmente impetram um embate mundialmente desafiador, tornarem-se sustentáveis.

Foi a partir de 1900, com o período áureo da borracha que a cidade de Manaus começou a se estender inclusive por toda a área do núcleo urbano, na época, entrecortada por igarapés que ainda faziam parte da paisagem urbana (Oliveira, 2003). Neste sentido foi possível verificar documentalmente que até então as ruas de Manaus não possuíam nenhum tipo de serviço urbano, mesmo em volta do maior símbolo da cidade, o Teatro Amazonas. (Figura 1).



Figura 1: Ruas do entorno do Teatro Amazonas, sem traçado definido  
Fonte: A Crítica, 2007.

Com o passar do tempo, a cidade crescia e os igarapés foram perdendo seu espaço para tornarem-se caminho de ruas, pois o aterramento parecia ser a solução para se transpor às barreiras naturais que dificultavam a expansão da ocupação de novos espaços e a conquista do almejado desenvolvimento e da modernização da região. A busca por esta modernização tão almejada mudou o cenário de Manaus, pois identifica-se obras de arruamento no entorno do Teatro Amazonas (Figura 2) por volta do ano de 1900, tempos áureos da borracha.

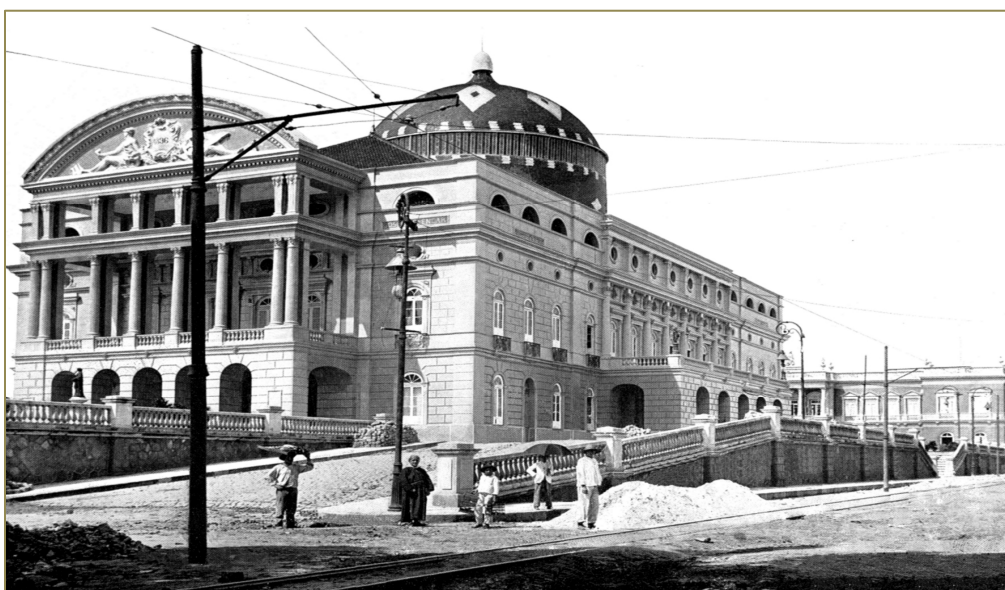


Figura 2: Arruamento no entorno do Teatro Amazonas  
Fonte: A Crítica, 2007

Este cenário amazônico e manauara é bem descrito por Lefebvre (1999) quando esquadrinha a cidade, ou o que dela resta, ou o que ela se torna, como aquela que serve mais do que nunca à formação de capital, isto é, à formação, à realização, à distribuição da mais-valia.

Gradativamente o processo de urbanização desordenado e a degradação ambiental da cidade de Manaus denotam o acelerado processo de ocupação e o desenvolvimento econômico industrial. Estes processos convergiram para deterioração ambiental galopante e instrumental pressentida nos dias atuais, sendo que estes processos nada mais são do que processos antepassados e que podem ser observados a partir das ramificações decorrentes da dinâmica de urbanização apresentadas nos mapas políticos da cidade (figura 3) e onde é possível comprovar um crescimento maior de 100% no quantitativo de expansividade urbana (figura 4) explicando um quadro de degradação facilmente percebido nos dias atuais.

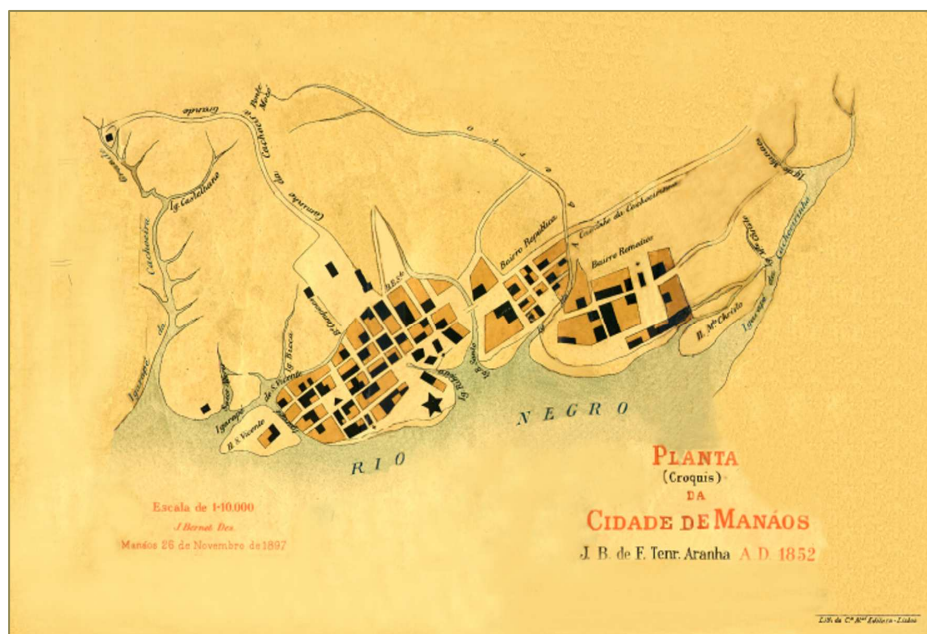


Figura 3: Mapa da Cidade de Manaus de 1852  
Fonte: A Crítica, 2007.





Figura 4: Mapa da Cidade de Manaus de 1915  
 Fonte: A Crítica, 2007.

Este preocupante processo de elaboração e produção “industrializada” de seres humanos desumanizados, sistemáticos e homogêneos, contrasta-se com a floresta amazônica e com todas as suas especificidades e diferenciações, além da biodiversidade constituída de uma gama incomensurável de variadas de formas de vida, e dessa maneira abrangendo uma indefinida diversidade genética, como também singulares recursos naturais de extraordinário potencial.

Diante deste cenário biodiversificado e único, os estudos sobre as cidades, neste caso específico em Manaus devem ser intensificados, pois sob uma ótica bastante abrangente Oliveira (2003) afirma que as cidades devem ser analisadas de modo espacial, temporal e social simultaneamente por serem produtos das relações sociais que se especializam como resultado do modo de ser de uma sociedade em espaços-tempos específicos.

## 2.5 Habitações: moradias de/em Manaus

Diversos são os problemas urbanos existentes em Manaus e para resolver os problemas de ocupação urbana desordenado de Manaus regulamentou-se, em 04 de novembro de 2002, através da lei n° 671, o Plano Diretor Urbano e Ambiental para ser utilizado com uma ferramenta essencial para o ordenamento da cidade de Manaus, pois através deste instrumento passou a ser possível planejar o crescimento urbano de forma a conter o avanço ilegal em direção às áreas verdes (as invasões), como também estruturar um ordenamento quanto às formas de ocupação.

Um dos problemas mais graves é o crescente número de invasões no espaço urbano, com estes outros problemas surgem que vão desde infra-estruturais aos sociais. A falta de um planejamento gera problemas sistemáticos e crescentes, um exemplo clássico são ruas e vias muito estreitas que dificultam tanto a circulação de veículos quanto para a execução de obras básicas como asfalto, meio-fio e calçadas. De acordo com Prestes (2006), os assentamentos informais, por exemplo, quase sempre foram o maior problema junto aos setores responsáveis por habitação popular e não obstante produzem esgoto a céu aberto, queimam lixo e geralmente estão situados em áreas verdes e de preservação ambiental.

O plano diretor de Manaus tem forte ênfase ambiental, pois se insere fortemente nas questões da moradia e da falta de acesso ao urbano como questão estratégica para o desenvolvimento sustentável. Insere-se em ações articuladas, em parcerias, em operações urbanas, em regularizações e reserva de áreas para habitação de interesse social, sendo que tais propostas compõem um leque das concepções de cunho mais estratégico e redistributivo para a solução e prevenção de conflitos urbano-ambientais (PMM, 2008).

Contudo, numa breve avaliação documental do Plano Diretor de Manaus quanto ao formato da intervenção pública, especialmente no que se refere à gestão habitacional, urbana e ambiental é possível verificar que, na prática, as mudanças são ainda muito restritas e

diretamente relacionadas à adoção de linhas políticas de cunho redistributivo, mais comprometidas com a democratização da gestão pública e voltadas à organização social para a demanda, controle público e participação na gestão.

A cidade de Manaus reflete na precariedade habitacional e nas condições urbanas inadequadas em que habitam parcelas significativas da população, a insuficiência das ações e a inoperância das intervenções públicas nas situações de conflito urbano-ambiental. Na verdade, é preciso que se entenda que a atuação do município neste sentido é bastante prematura, pois tem ocorrido de forma mais efetiva somente a partir da elaboração e aprovação do novo Plano Diretor fato este que ocorreu somente em 2002, e ainda está vinculado preponderantemente às outras políticas de gestão ambiental e saneamento.

Em Manaus até o ano de 2001 a principal intervenção ambiental que ocorria era o projeto SOS Igarapé, porém de concepção limitada com foco para a limpeza local e educação ambiental de forma pulverizada. A ausência de políticas habitacionais e a ineficiência da política urbana causaram na cidade acúmulo de um passivo sócio-ambiental de grandes proporções.

Diante aos registros intensos do crescimento horizontal nas últimas décadas, promoveram a abertura de loteamentos populares em áreas distantes do centro histórico e ocupações realizadas tanto em glebas urbanas quanto em terrenos conquistados pela derrubada de floresta, quase sempre nas áreas mais periféricas.

As irregularidades presentes, fruto da ausência pública pode facilmente ser verificada tanto nas ocupações ocorridas, em especial nas áreas mais frágeis ambientalmente, como nos loteamentos produzidos, onde quase 40% do total apresentam algum tipo de irregularidade e não possuem nenhum tipo de processo de saneamento ambiental adequado (SEMMA, 2008).

Ante ao exposto e agravando o quadro, ao lado destas irregularidades convive uma grande quantidade de lotes não ocupados (equivalente à cerca de 20% do universo total de

lotes cadastrados na Prefeitura) o que representava quase 50% do total da área urbanizada do território. (idem).

O Plano Diretor de 2002 não só veio instrumentalizar o poder público municipal para uma atuação mais efetiva na gestão territorial como também permitiu e promoveu o debate sobre o desenvolvimento sustentável, considerando: a vocação econômica, demandas sociais e características ambientais do município. O que se verifica, entretanto, é que embora a concepção estratégica do novo plano diretor reflita uma articulação entre instrumentos e políticas para intervenção nos conflitos, a Prefeitura de Manaus permanece atuando pontualmente e somente na demanda que lhe corresponde legalmente.

Para se ter uma idéia da dimensão do problema habitacional de Manaus em apenas um ano, período entre os anos de 2001 para 2002, Manaus registrou o maior índice de crescimento populacional do país, 2,54%, sendo que a média nacional é de 1,3%. (SUHAB, 2008).

Quanto à criação do plano diretor, propriamente dito, é válido ressaltar que o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade significa a obrigação do Poder Público de garantir acesso a todos os que vivem na cidade à moradia, aos equipamentos e serviços urbanos, à saúde, educação, cultura, etc., enfim, todos os direitos urbanos que são inerentes às condições de vida digna na cidade.

É na Constituição Federal que estão definidos um conjunto de políticas públicas necessárias para assegurar que os direitos econômicos, sociais e culturais sejam respeitados. Na Emenda Constitucional n. 26 esta, reconhece o direito à moradia como um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, elevando-o à categoria dos direitos que devem ser exercidos para o alcance da liberdade, da igualdade, da segurança e da propriedade e do próprio direito à vida conforme o artigo 5º da Constituição Federal do Brasil (CFB). (BRASIL, 1998).

No artigo 23 parágrafos II, VI e IX da Constituição Federal do Brasil (CBF) dirime-se que a competência para cuidar da saúde, proteger o meio ambiente e melhorar as condições habitacionais e do saneamento básico é considerados comum entre a União, Estados e Municípios. Ainda reafirmando sobre os direitos a Lei Federal n. 8080/90, que dispõe sobre a política de saúde, estabelece em seu art. 3º que o saneamento básico é considerado como um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde, da mesma forma que moradia, o meio ambiente e o acesso aos bens e serviços essenciais. (idem).

No entanto na pratica cotidiana da cidade de Manaus é possível vivenciar legislações urbanas que promovem a exclusão e a segregação sociais quanto ao acesso a terra urbanizada pelas populações pobres e o incremento das irregularidades. Em paralelo temos as normas de proteção ambiental que têm sido criadas de forma a serem instrumentos impeditivos legais à implementação de outros instrumentos de garantia do direito à moradia, como a Concessão Especial para fins de Moradia e o usucapião constitucional urbano.

Ainda, surgem propostas visando reconhecer, regularizar e recuperar essas áreas sem sequer inserir o componente ambiental no mesmo, ou seja, não apontam a efetiva melhoria da qualidade ambiental dos assentamentos informais precários. (Prestes, 2006).

Em Manaus, não diferente de outras cidades, existem diversas leis políticas urbano-ambientais em seu ordenamento jurídico, são elas:

#### **Lei Orgânica do Município de Manaus**

Promulgada em 5 de abril de 1990 e atualizada através de emenda em 23 de março de 2004. Organiza o exercício do poder e fortalece as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana. (PMM, 2008).

**Lei do perímetro urbano**

Lei n. 644, de 8 de março de 2002. Regulamenta o perímetro urbano no Município de Manaus e descreve os limites da cidade, conforme as diretrizes do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus. (PMM, 2008).

**Lei do Parcelamento do Solo Urbano**

Lei n. 665, de 23 de julho de 2002. Regulamenta parcelamento do solo urbano no município. (PMM, 2008).

**Código Ambiental do Município de Manaus**

Lei n. 605, de 24 de julho de 2001. Institui o Código Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências. O Código Ambiental define a política ambiental do Município, seus objetivos e instrumentos, além de determinar instâncias e instrumentos da gestão ambiental. (PMM, 2008).

**Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus**

Lei n. 671, de 04 de novembro de 2002. Regulamenta o Plano Diretor Urbano e Ambiental, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade de Manaus e dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do Município. (PMM, 2008).

**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU)**

Lei n. 644, de 8 de março de 2002. Tem funções normativas, disciplinares e deliberativas sobre as questões relativas aos sistemas, serviços e ordenação do espaço urbano. Foi instituído pela Lei Orgânica do Município de Manaus. (PMM, 2008).

**Fundo Municipal para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (FNDMA)**

Lei Municipal n. 219/93. Tem por finalidade criar condições financeiras e de gerência de recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços relativos ao meio ambiente. (PMM, 2008).

**Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano**

Lei Municipal n. 2.570/94. Tem como atribuições a execução de investimentos em infra-estrutura urbana nas redes de drenagem pluvial, energia elétrica e iluminação pública, na construção de habitações populares e em outros investimentos definidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. (PMM, 2008).

Na tentativa de resolver o déficit habitacional em Manaus o governo do estado do Amazonas implantou um programa de ações de construção de conjuntos habitacionais e segundo a Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB), tais ações desenvolvidas pelo órgão já beneficiaram mais de vinte mil famílias em todo Estado.

Em Manaus, especificamente, foram construídos diversos conjuntos habitacionais destinados a dois públicos diferenciados, as famílias de baixa renda que viviam em situação de risco à margem de igarapés ou em áreas de barranco e fundo de vales, identificadas por

equipes de assistência social diretamente ligadas ao serviço social da Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) e do Conselho de Desenvolvimento Humano (CDH). Estas famílias foram beneficiadas com a moradia sem ônus, porém, assinaram um contrato se comprometendo a não fazer qualquer tipo de negociação com o imóvel no período mínimo de cinco anos.

Outro público atendido pela Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) está entre as famílias de funcionários públicos estaduais que se inscrevem no órgão e após serem contemplados com uma moradia pagam uma taxa mensal pelo período de 20 anos e que fica em torno de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e que igualmente se comprometem a não fazer qualquer tipo de negociação com o imóvel no período mínimo de cinco anos. (SUHAB, 2008).

Até o momento deste estudo o governo do estado distribuiu as moradias abaixo descritas de acordo com as datas das entregas, localidades e quantitativos abaixo:

<b>Conjuntos</b>	<b>Entregues</b>	<b>Em obras</b>	<b>Em projeto</b>
Nova Cidade	6.500	40	-
Galiléia	1.080	-	-
Villa Nova	270	-	-
Cidadão	478	-	-
Amine Lindoso	73	-	-
Carlos Braga	404	-	-
João Paulo	1.320	-	-
Cidadão Petrópolis	32	-	-
Nova Floresta	36	-	-
Grande Vitória	54	-	-
Luis Inácio	-	500	-
Cidadão V	-	1.422	-
Riacho Doce	10	-	-
Diversos Bairros	80	-	-
Cidadão VIII	-	-	800
Cidadão IX	-	-	144
Cidadão X	-	-	1.287
Prédio Popular	-	-	192
PROSAMIM	8.000	-	-
<b>Total</b>	<b>19.322</b>	<b>2.079</b>	<b>2.810</b>

**Tabela 1:** Quantitativo de habitações em Manaus/AM  
Fonte: SUHAB, 2008.



Segundo a própria Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB), o Amazonas tem o segundo melhor índice de moradias adequadas da Região Norte, a pesquisa por amostragem de domicílio feita para compor os indicadores de desenvolvimento sustentável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que assim como o Brasil, o Amazonas também melhorou o índice de moradias adequadas nos últimos anos.

Conforme estudos e pesquisas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de domicílios adequados para moradia era de 54% dos domicílios particulares permanentes no ano de 2006. Este percentual pode ser considerado importante, porém insatisfatório porque denota alarmantes números na outra extremidade contrária, ou seja, que o país possuía neste ano aproximadamente 25 milhões de domicílios inadequados.

Em termos comparativos, neste mesmo estudo foi possível observar que no Sudeste e no Sul as condições de moradia são melhores do que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pois enquanto no Sudeste 70% dos domicílios são adequados, na Região Norte, esta proporção cai para 23,7%. Entre outras Unidades da Federação as desigualdades domiciliares também são marcantes, no Amapá apenas 11,7% dos domicílios são adequados, enquanto em São Paulo este percentual alcança 73,5%, diz o texto lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005).

O percentual de moradias adequadas no Estado do Amazonas é de 33,7% e está acima da média da região Norte que sinaliza em 23,7%, estes dados segundo a pesquisa, eleva o Estado do Amazonas ao segundo melhor índice da região, perdendo apenas para Roraima com 43,7%.

Apesar destes dados incentivadores nem tudo foi ou está resolvido, uma vez que o déficit habitacional no Estado é de 62 mil casas e mais comprometedor que o aumento do déficit no Amazonas é o crescimento exponencial da população amazonense. Conforme dados

do IBGE, em 1872 a cidade de Manaus tinha uma população de 29.334 habitantes e em 1920, 48 anos depois, já moravam aqui 75.704 pessoas, ou seja, quase três vezes mais que em 1872.

O espantoso crescimento acontece de fato a partir da década de 70, quando Manaus passa a abrigar 311.622 moradores e nos próximos dez anos compreende o número abissal de 633.392 habitantes. Em 1991, admiravelmente a capital do Amazonas, quase dobrou de população somando mais de um milhão de habitantes (1.011.501) e o censo de 2000 mais de 50% de crescimento populacional nesta capital passando a registrar a presença de quase 1,5 milhão de pessoas (1.405.835) e o último censo realizado em 2005 registrou 1.709.010 cidadãos.

Diante aos números totais alcançados pelas políticas habitacionais desenvolvidas no Estado do Amazonas tiveram repercussão nacional de forma a conquistar dois prêmios denominados Selo de Mérito, concedidos pela Associação Brasileira de COHAB's, a principal entidade representativa do setor habitacional no Brasil.

## **2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**

### **2.1 Logística da pesquisa**

Após a aprovação do plano de dissertação em aula de qualificação acontecido em novembro de 2007, mais de vinte visitas foram realizadas na área do conjunto habitacional Nova Cidade. Inicialmente as visitas foram feitas em companhia de técnicos da Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos (SEMULPS), os quais auxiliaram num trabalho de mútuo interesse, georeferenciando todas as ruas, escolas, igrejas, poços, etc., trabalho que enriqueceu a caracterização da área, mas também serviu para melhorar o serviço urbano de coleta de resíduos sólidos realizado pela Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos (SEMULPS) no conjunto.

A identificação da área norteou e referenciou os pontos mais relevantes a nossa pesquisa, além de proporcionar entrevistas informais com moradores melhorando assim a compreensão do processo de ocupação no conjunto. Neste momento realizamos a pré-aplicação dos questionários-formulários, para se tentar detectar possíveis falhas sobre os questionamentos, denominado por Yin (2005) como pré-teste, para que as perguntas se tornassem claras, relevantes e objetivas, auxiliando de forma eficaz na obtenção dos dados primários.

Todo o estudo de campo exigiu cerca de 20 visitas na área, pois se trata de uma área muito extensa com muitas residências e diversos pontos diversificados passíveis de inclusão. Tal tarefa demandou cerca de 10 meses de trabalho compreendido entre novembro de 2007 a setembro de 2008. Na ocasião aplicamos um questionário-formulário contendo perguntas abertas e fechadas (formulário semi-estruturado), cujo entrevistado era o (a) proprietário da

casa ou outro adulto que pudesse responder aos questionamentos de maneira a não comprometer a veracidade dos dados a serem coletados.

Quanto ao acesso na área do conjunto, encontramos problemas de tráfego em algumas ruas do conjunto, pois estas encontravam-se em péssimo estado de conservação (figura 5) , mas nada que pudesse influir negativamente para o processo de coleta dos dados.



Figura 5: Imagens das ruas intrafegáveis do conjunto  
Fonte: Torres, 2008.

## 2.2 A estrutura da pesquisa: o estudo de caso

Segundo Yin (2005), o estudo de caso busca coletar, apresentar e analisar dados de forma imparcial tendo como estratégia romper as fronteiras entre o fenômeno e o contexto que possam não estar claramente evidentes, no entanto essencialmente pretende preservar as individualidades existentes no fenômeno.

O método de abordagem, o estudo de caso, considera as complexas relações que determinam as diferentes formas de ocupação e permanência no ambiente, pelos seres humanos, no espaço urbano o que justifica a adoção desta abordagem. Os preceitos teórico-metodológicos desse método diante ao levantamento e coleta de dados, são caracterizados

pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de vários objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado dos casos. (GIL, 1994).

Ainda neste contexto utilizamos como método estrutural da pesquisa analítica linear, com propósito explanatório, descritivo e exploratório. E, para explorar esta temática foram realizadas observações *in loco*, registros fotográficos e a partir do georeferenciamento por toda extensão do conjunto foram observadas as áreas ocupadas irregularmente, áreas verdes, áreas invadidas legalmente, áreas desmatadas, quintais, serviços e equipamentos urbanos, além das moradias, propriamente ditas. (YIN, 2005).

Além disso, observou-se as organizações e as representações locais, as relações dos moradores com o ambiente e as ações públicas locais. No entanto, mais do que apontar reflexões conclusivas a respeito do tema proposto, este trabalho é, antes de tudo, um ensaio, cujo caráter é "aberto" em suas proposições.

Por trabalhar com “casos” e não com amostras representativas, o estudo de caso facilitou o entrosamento entre o observador e o observado e possibilitou a esta pesquisadora o vislumbre da experiência sentida pelo sujeito exposto ao fenômeno, permitindo uma maior profundidade na análise de cada situação e de cada fenômeno.

Por esta pesquisa estar intrínseca ao campo das ciências ambientais optamos a uma visão sistêmica onde os resultados estão diretamente ligados aos fatos sociais e não podem ser entendidos isoladamente e que é compreendido por Morin (2001) por estar presente a idéia de rede relacional: com suas partes isoladas o objeto transforma-se em sistema onde todas as partes inter-relacionam-se ao mesmo tempo em que se relacionam com o exterior, ou seja, as inter-relações ambientais.

## 2.3 A coleta dos dados

### 2.3.1 A amostragem

Preliminarmente em visita de reconhecimento da área foram selecionadas quatro áreas (figura 6) que se demonstraram relativamente distintas no conjunto de forma a se poder obter as respostas diante as categorias de interesse desse estudo: o ambiente de moradia e a percepção dos moradores quanto a este mesmo ambiente.

Após a realização do georeferenciamento total do conjunto onde buscou-se identificar todas as áreas diversificadas no conjunto, tais como, pontos comerciais, escolas, igrejas, vias de maior e menor circulação de pessoas. Outra técnica aplicada foram as entrevistas informais que propiciaram o diagnóstico funcional do conjunto, ou seja, pontos mais residenciais e pontos mais comerciais e também áreas utilizadas para o lazer pelos moradores do local.

Após estas visitas iniciais foram elaborados e aplicados o questionário-formulário a título de pré-teste para que pudéssemos obter informações, tais que alcançássemos as respostas aos nossos objetivos específicos e, após adequações pressentidas neste pré-teste alteramos estes questionamentos para aplicação junto aos entrevistados.

Posteriormente e, considerando alguns critérios de interesse em nossa área, determinamos áreas do conjunto onde algumas moradias poderiam ser alvo da pesquisa de campo. As áreas pré-determinadas foram: o Buracão; entorno à Reserva Adolpho Ducke; o entorno aos fragmentos florestais; áreas limítrofes de avenidas e ruas comerciais; as fronteiriças a outros conjuntos construídos posteriormente (figura 6).

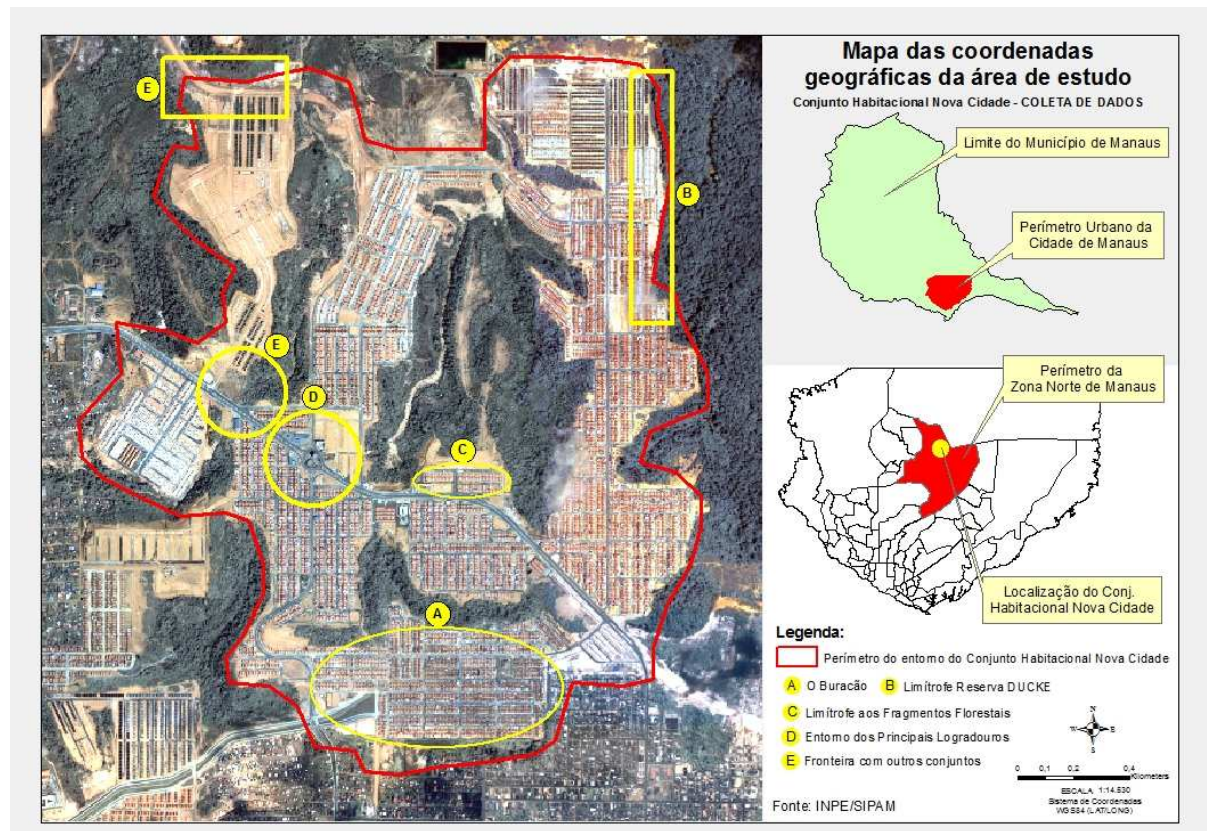


Figura 6: Imagem de satélite da área de estudo

Fonte: Torres, 2007.

A amostragem adotada nesta pesquisa foi do tipo probabilístico ou aleatório simples, porque todos os indivíduos da população selecionada tiveram a mesma probabilidade de serem selecionados para compor a amostra. (SILVA, 2006).

Nesta pesquisa foram amostradas 50 famílias cujas casas possuem em média 4 pessoas totalizando cerca de 200 moradores. Gaya (2001 *apud* SILVA, 2006) afirma que se considera como amostra uma parte, porção ou parcela, convenientemente selecionada da população que permite representá-la de forma consistente.

## 2.4 As técnicas adotadas para pesquisa

A coleta de dados na pesquisa foi realizada de duas maneiras: documentação direta e documentação indireta (SILVA, 2006).

A documentação direta referiu-se à pesquisa de campo realizada na área de estudo. Para Yin (2005), o uso mais importante do documento é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes. É o levantamento de dados, propriamente dito, o qual se torna imprescindível em qualquer pesquisa, e que pode ser realizado de duas maneiras: pesquisa documental (fonte primária) e pesquisa bibliográfica (fonte secundária).

A característica da pesquisa documental, de acordo com assertiva de Marconi e Lakatos (2002) *apud* Silva (2006), é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, construindo o que se denomina de fontes primárias.

Com o objetivo de se obter dados referentes à área da pesquisa foram levantados documentos existentes em arquivos públicos e particulares, em instituições públicas, além de sites da internet e junto a professores e outros pesquisadores.

A Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) e de infraestrutura, Secretaria de Estado de Infra-Estrutura (SEINF) disponibilizaram informações acerca do projeto do conjunto através de cópias do projeto original e entrevista. A internet foi uma eficaz ferramenta como uma das fontes para nossa pesquisa, dispôs de muitas informações sobre o conjunto habitacional. Outra fonte de pesquisa documental bastante importante foi a imprensa escrita manauara, o Jornal “A Crítica” e “Amazonas em tempo”, que acompanharam e publicaram diversas notícias sobre o conjunto.

Obtivemos informações sobre a Política Estadual de Habitação junto a Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) e a Secretaria Municipal de Obras (SEMOSB) repassou informações sobre a Política Municipal de Habitação. A



Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável (SDS) disponibilizaram informações sobre as questões ambientais locais, dentre várias legislações o Código Ambiental de Manaus e o Plano Diretor de Manaus.

Foram utilizadas imagens LANDSAT-TM doadas pela Prefeitura Municipal de Manaus, através das Secretarias, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos (SEMULPS), disponibilizadas em meio digital o que facilitou o georeferenciamento, a classificação e a geração de mapas. As imagens foram georeferenciadas na Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos (SEMULSP), através do Laboratório de Geoprocessamento da secretaria.

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) também forneceu uma imagem LANDSAT-TM a qual foi utilizada no trabalho sendo que todas as fontes de evidência foram utilizadas e confrontadas com outras fontes de informação em busca da veracidade dos fatos. De acordo com Yin (2005), os registros podem ser tão importantes que podem se transformar no objeto de uma ampla análise quantitativa e de recuperação.

Esta pesquisa compreendeu técnicas de observação e entrevista. Marconi e Lakatos (2000 *apud* Silva, 2006) concorrem que a Observação Direta Intensiva pode ser classificada: quanto aos meios, assistemática e sistemática; quanto à participação do observador (participante e não participante); quanto ao número de observações (individual e em equipe); e quanto ao lugar (na vida real e em laboratório). Neste contexto e dentro das características descritas pelos autores acima, foi classificada como observação indireta intensiva, sistemática, não participante, individual e realizada na vida real.

Utilizamos também técnica de observação sistemática uma vez que as ações foram planejadas visando atender à hipótese e aos objetivos estabelecidos. As coletas e os registros dos dados foram previamente definidos, o que ajudou na estruturação do trabalho. A presença

na área de estudo em períodos adversos proporcionaram o acompanhamento de vários eventos culturais e sociais possibilitando igualmente a observação dos fatos e dos fenômenos, facilitando assim a análise das relações socioambientais no conjunto.

Nosso estudo caracterizou-se como de observação não-participante porque mesmo em contato com a realidade, não houve integração com ela, apenas observação dos fenômenos sem, contudo participar. Ao mesmo tempo tratou-se como observação individual por ter sido realizada sempre nesta condição. Igualmente caracterizou-se como observação na vida real por ter sido realizada na própria área do conjunto, onde todos os dados referentes à pesquisa puderam ser levantados e registrados de acordo com a realidade encontrada, no momento em que se manifestavam.

A observação trata-se de uma das mais importantes técnicas de pesquisa segundo Yin (2005), pois firmou sua importância como fonte de informação para este estudo de caso porque conteve o objetivo de averiguar os fatos, determinar opiniões e posicionamentos para que a partir desses se construísse o entendimento sobre a problemática, utilizando entrevista estruturada. Trata-se de uma técnica muito utilizada nas pesquisas de campo e de acordo com Gonçalves (2005) é eficaz, principalmente quando se deseja obter dados fidedignos na realização de uma pesquisa. Seu principal objetivo é na explicação de Andrade (2003) *apud* Gonçalves (2005): a) averiguar os fatos e fenômenos; b) identificar opiniões sobre os fatos ou fenômenos; c) determinar, pelas respostas individuais, a conduta previsível em certas circunstâncias; d) descobrir os fatores que determinam ou influenciam opiniões, sentimentos ou condutas e que podem ajudar a comparar a conduta de uma pessoa no presente e no passado e deduzir seu comportamento no futuro.

Em nossa pesquisa adotamos dois tipos de entrevista: a entrevista estruturada e a entrevista não estruturada. Entrevista estruturada porque se baseou num roteiro previamente estabelecido, onde as perguntas foram construídas de tal forma que ajudaram na elaboração

das variáveis, responsáveis pela explicação dos resultados da pesquisa (SILVA, 2006). Não-estruturada por ter um roteiro de tópicos relativos ao problema, onde tivemos a liberdade de fazer as perguntas abertas, através de um roteiro-base de perguntas elaboradas previamente (entrevista focalizada). Pôde-se explorar também a entrevista não-dirigida, onde os entrevistados foram incentivados a responder sobre assuntos pertinentes, expressando-se livremente. (SILVA, 2006).

O registro fotográfico foi uma das técnicas mais relevante deste estudo, pois foi utilizado como complemento no momento da transmissão das características do ambiente. Foram obtidos aproximadamente trezentos e cinquenta registros fotográficos o que facilitou a caracterização de diversos serviços e equipamentos urbanos.

Partindo-se do princípio que os fenômenos de interesse não são puramente de caráter histórico, encontrar-se-ão disponíveis para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes (Yin, 2005).

Quanto à observação direta extensiva, esta foi realizada através de dois meios: a aplicação do questionário e do formulário. Nesse trabalho utilizou-se o formulário porque, entre outras vantagens, facilitou a aquisição representativa de informantes e pudemos obter dados mais complexos e úteis (SILVA, 2006).

## **2.5 A área de estudo**

A área desta pesquisa, o conjunto habitacional Nova Cidade, está inserido na área da cidade de Manaus (figura 7), localizada na Região Norte do Brasil, no centro geográfico da Amazônia. A superfície total do Município é de 11.458,5 km<sup>2</sup> segundo informação obtida na Lei Municipal n. 279, de 05 de abril de 1995 onde afirmasse que Manaus equivale a 0,73% do território do Estado do Amazonas e abrange 1.577.820,2 km<sup>2</sup>. O território do município de

Manaus abrange uma superfície de 11.407 km<sup>2</sup> e a área urbana com 377 km<sup>2</sup> corresponde a 3,3% do território municipal.

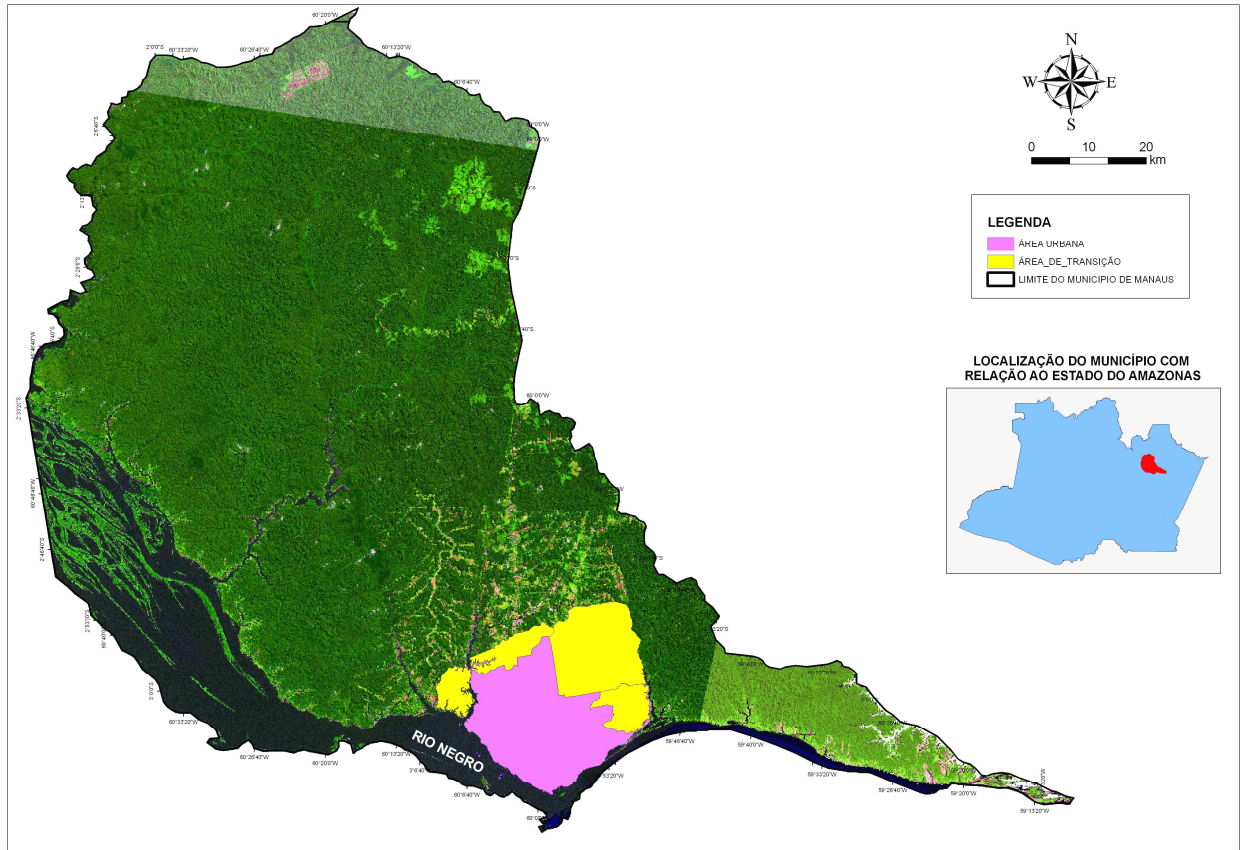


Figura 7: Mapa da divisão do município de Manaus  
Fonte: SEMMA, 2008.

Manaus está situada aos 3° de latitude sul e 60° de longitude oeste, localiza-se assentada sobre um baixo planalto que se desenvolve na barranca da margem esquerda do rio Negro, na confluência deste com o rio Solimões, onde se forma o rio Amazonas. Toda a cidade de Manaus é entrecortada por cursos d'água, rios e igarapés e está situada às margens dos rios, Negro e Solimões, apresenta um complexo sistema hídrico formado por três grandes bacias (Puraquequara, Negro, e Tarumã) e um conjunto de sub-bacias. Diante a este cenário a fragilidade territorial de Manaus compreende áreas de unidades de conservação (figura 8) por todo seu território conforme pode ser verificado no mapa abaixo.

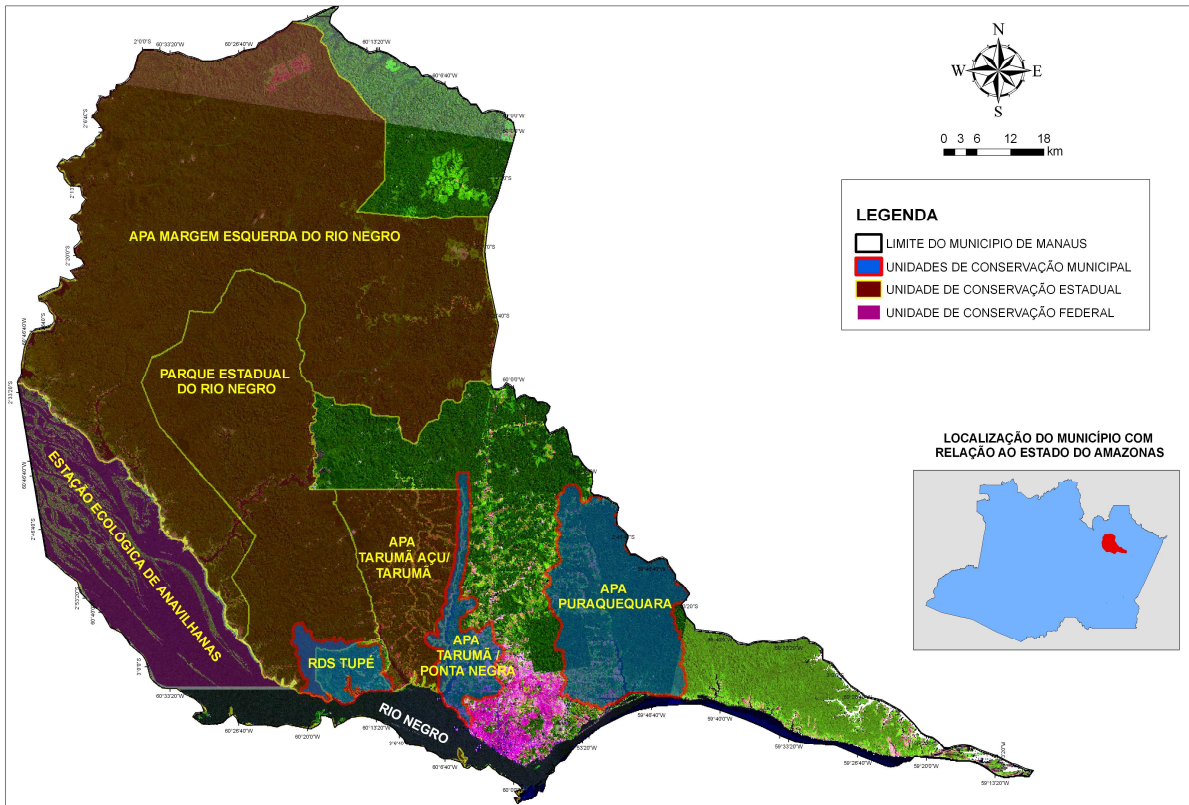


Figura 8: Mapa da localização das UC's estabelecidas em Manaus  
 Fonte: SEMMA, 2008.

A população manauara total é de 1.709.010 habitantes e a divisão geográfica da cidade compreende seis zonas: Sul, Oeste, Leste, Centro, Centro-Oeste e Norte, esta última, alvo de nosso estudo, contendo uma área total 6.825 hectares (SIPAM, 2007). A concentração na área urbana é de 87%, ou seja, 1.397.208 habitantes. Após pesquisa bibliográfica os resultados dos últimos censos, a população da cidade elevou-se de 343.038 habitantes, em 1960, para 622.733 habitantes em 1970, o que representou um aumento de quase 100% o que ocasionou um boom populacional numa cidade que não estava preparada, nem planejada para receber estes quantitativos agravando ainda mais os problemas urbanos da mesma. (IBGE, 2008).

No período 1991-2000, a população de Manaus cresceu a uma taxa média anual de 3,87%, passando de 1.011.501 em 1991 para 1.405.835 em 2000. A taxa de urbanização diminuiu 0,16, passando de 99,51% em 1991 para 99,36% em 2000. É possível perceber pelos quantitativos apresentados, que o crescimento populacional de Manaus é superior à média das capitais brasileiras, a cidade cresce 10% acima da média das capitais do país. (IBGE, 2008).

Em 2008, a população do município de Manaus representava 49,9% da população total do Estado, o que expressa 10,89% da população de toda a Região Norte do Brasil e 0,83% da população do País. Quanto aos indicadores de renda, tais como, pobreza e desigualdade para a cidade os registros apresentam bons índices, constituindo-se num ótimo lugar para concentração de investimentos.

Os índices de econômicos da capital são bem atrativos, a exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,774 e o ICV é de 0,835, a média de vida obtida na cidade é superior a 63 anos; 76,9% dos domicílios são atendidos pela rede de distribuição de energia elétrica, 64,61% pela rede de esgoto e 86,54% são atendidos pela coleta de lixo. 68,61% contam com abastecimento de água. (IBGE, 2008).

O processo de ocupação demográfica em Manaus foi fortemente intensificado a partir da implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), por volta de 1970 e por não ter sido acompanhado por políticas públicas habitacionais e ambientais não se tornaram compatíveis à demanda urbana provocando um desordenamento bastante significativo. Este cenário (figura 9), explica a forte pressão exercida sobre as áreas de floresta até então existentes e que foram sendo desmatadas à medida que as ocupações iam avançando por sobre as áreas que até então deveriam ser preservadas, ao Norte da cidade de Manaus.

### Áreas verdes da Cidade de Manaus

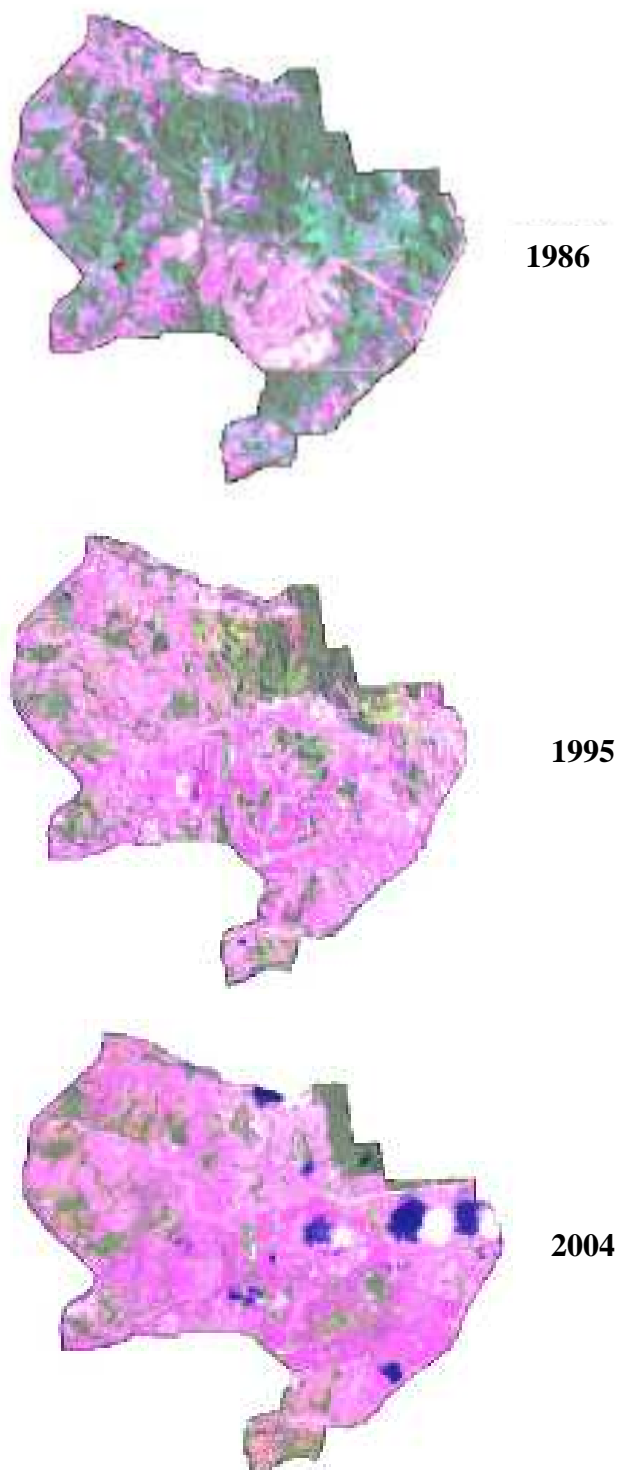


Figura 9: Evolução do Desmatamento na Cidade de Manaus  
Fonte: Imagens cedidas pelo SIPAM – Imagens do TM/LANDSAT5



Os desmatamentos observados nas últimas décadas justificam-se diante às fortes pressões de expansão horizontal e do crescimento da cidade, principalmente em matas de terra firme, localizadas dentro da área urbana (Relatório Ambiental Urbano Integrado: Geo-Cidades, 2002). Os setores da cidade mais afetados pelos desmatamentos localizam-se nas Zonas Leste e Norte (figura 10), regiões onde ocorre intensa ampliação das fronteiras urbanas e o adensamento de áreas ocupadas.

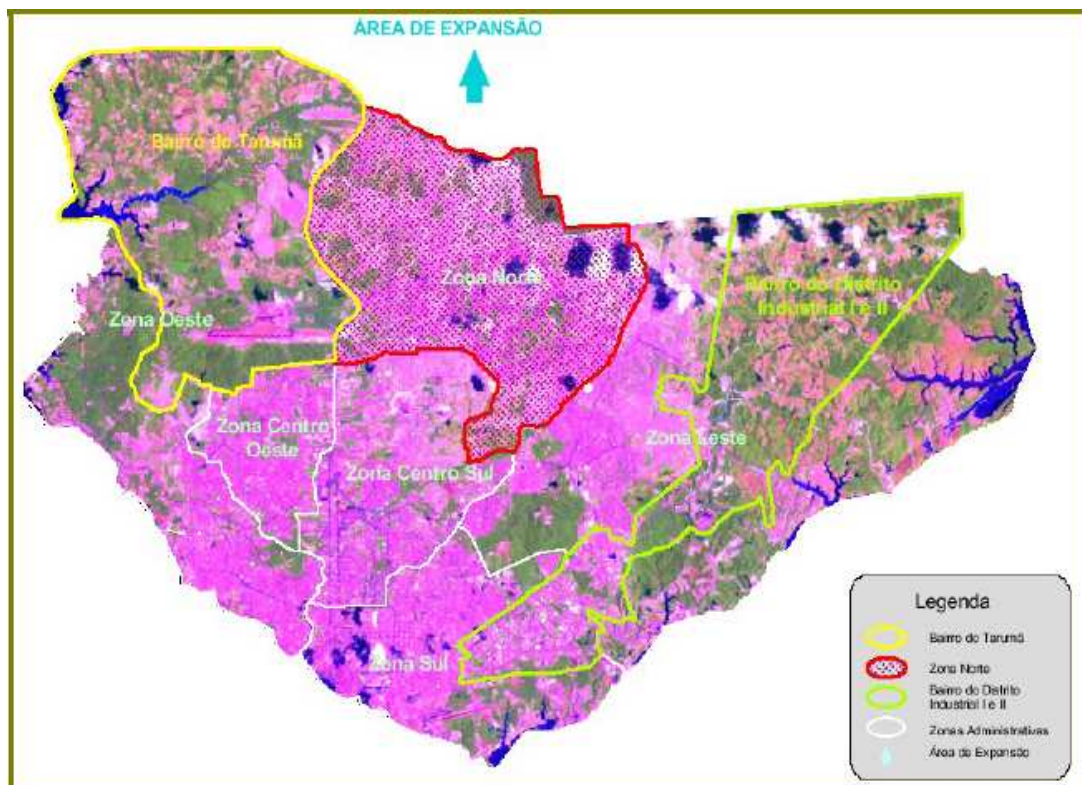


Figura 10: Expansão imobiliária de Manaus  
Fonte: SIPAM/2007.

Segundo estudos locais, entre as conseqüências desse processo de desmatamento destacam-se a fragmentação dos remanescentes florestais intra-urbanos, com empobrecimento de sua biodiversidade, e a ameaça à continuidade das matas existentes entre a Reserva Ducke e as florestas situadas ao norte da cidade de Manaus.

O crescimento populacional de Manaus é superior à média das capitais brasileiras. A cidade cresce 10% acima da média das capitais do país. A maior parte da população encontra-



se nas Zona Norte e Zona Leste de Manaus da cidade, sendo a Cidade Nova (figura 11) o bairro mais populoso, com mais de 210 mil moradores.

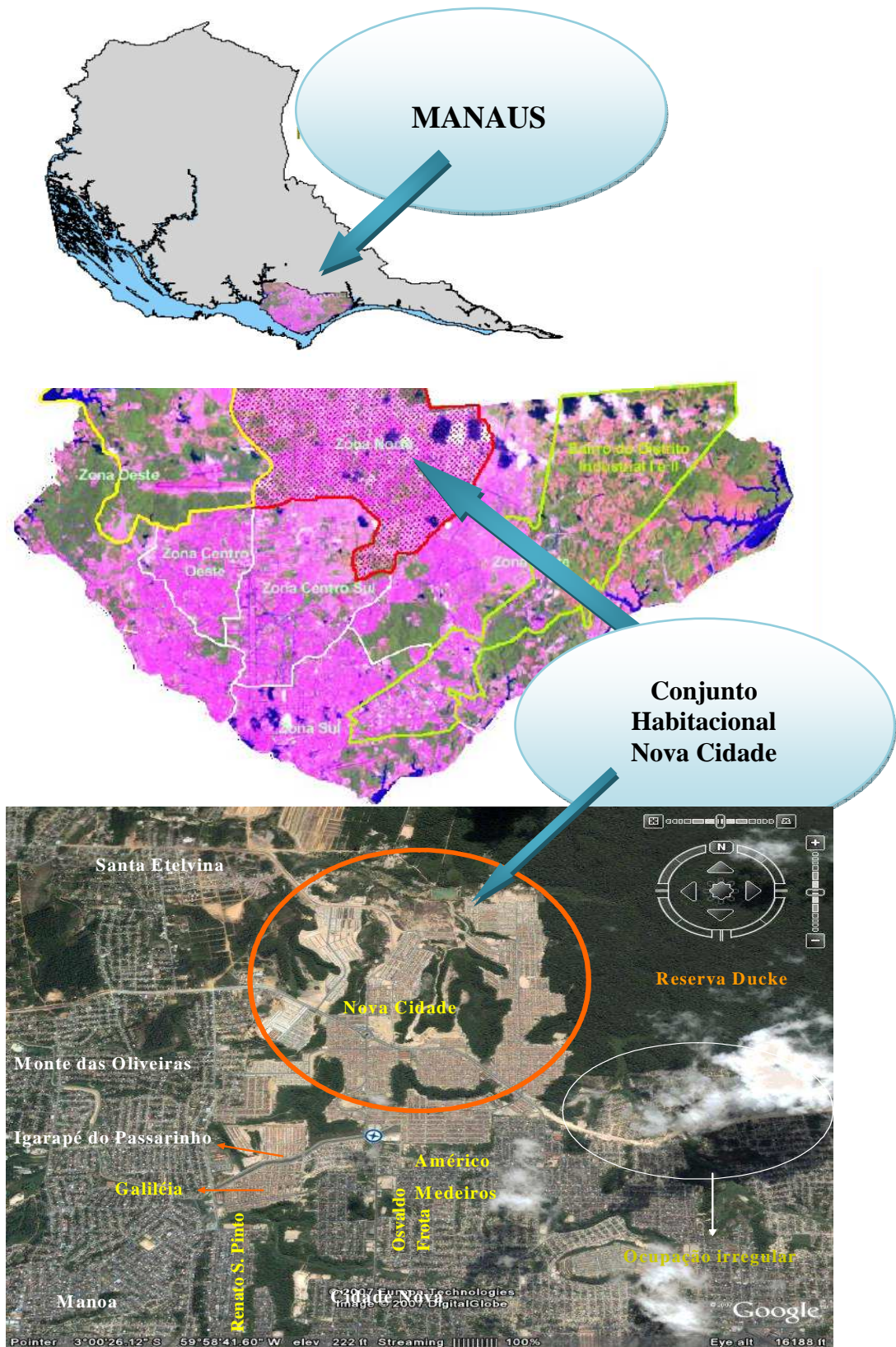


Figura 11: Área de Estudo  
Fontes: Google Earth, 2007/ SIPAM, 2007

A área do estudo, o conjunto habitacional Nova Cidade (figura 12), no Bairro Nova Cidade, Zona Norte da cidade de Manaus, segundo dados do projeto de construção abrangem a superfície de 700,94 hectares com a expectativa de atendimento a 48.000 habitantes e surgiu a partir da criação de um Programa de Melhoria da Habitação Popular aprovado pela antiga - Empresa Municipal de Urbanização (URBAM) em 18 de outubro de 1999 através do decreto nº. 4714.

A área da construção anteriormente pertencia ao Estado fazia parte da Reserva Florestal Adolpho Ducke (figura 12) que é uma área de preservação ecológica caracterizada como área de interesse especial tais como as áreas de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico. Fazendo parte e somando-se as estatísticas referentes às várias outras áreas em Manaus que foram degradadas a partir das ocupações e das invasões ocorridas ao longo dos anos, conforme pode ser verificado nas imagens aéreas abaixo.



Figura 12: Vista aérea do conjunto habitacional e da Reserva Ducke  
Fonte: Amaral Aguiar, 2008

De acordo com a Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB (2001), o conjunto habitacional Nova Cidade foi construído pelas construtoras Engeplan, J. Nasser, Baukraft, Capital e Rayol com a proposta de proporcionar aos futuros moradores uma infraestrutura completa de equipamentos urbanos, tais como, serviços públicos de água, esgoto, energia elétrica e rede de telefonia, assim como também os equipamentos comunitários de educação, cultura, saúde e lazer, não esquecendo também áreas comerciais e áreas verdes. (LINS, 2005).

Segundo a mesma fonte, o projeto inicial previa construção de 12 mil casas, mas somente 9,5 mil casas foram construídas e finalizadas. As casas finalizadas foram entregues mediante sorteio apenas para funcionários públicos do Estado que possuíam cadastro na SUHAB. Em 2001 foram entregues 4 mil unidades, em 2002, 2 mil unidades, em 2003, 3 mil unidades (idem).



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 O viver no Conjunto Nova Cidade

As residências do conjunto habitacional Nova Cidade apresentam sua área total num terreno de 128m<sup>2</sup> sendo que de construção medindo 36,03 m<sup>2</sup> de área construída e dividida internamente por dois quartos, sala conjugada e banheiro. Os imóveis do conjunto foram destinados originalmente a servidores públicos estatutários do Governo do Estado do Amazonas.

O projeto inicial objetivava a construção e entrega de 13 mil casas (figura 13), porém foram entregues até 2008, 9,5 mil casas, sendo que 80% delas foram entregues a servidores públicos estaduais, no total o Conjunto Nova Cidade acolhe cerca de 50 mil pessoas.



Figura 13: Vista área do conjunto habitacional e do Igarapé do Passarinho  
Fonte: Amaral Aguiar, 2008.

Para Bastos (1999) e Sahop (1978) conjuntos habitacionais podem ser definidos como grupo de habitações planejadas e dispostas de forma integrada, com dotação e instalação adequadas de sistema viário, equipamentos urbanos, equipamentos comunitários, comércios e áreas verdes ou livres de uso público, tais como parques, jardins e praças. Porém no conjunto não foi possível identificar todos esses equipamentos urbanos, pois desde o início das obras de construção das habitações não existiam medidas de contenção ou proteção as áreas verdes do conjunto. Além disso, foi possível identificar, após a sobreposição das imagens e dos dados, a existência de arruamento em locais que não tinham sido planejados para a área do conjunto (figura14).

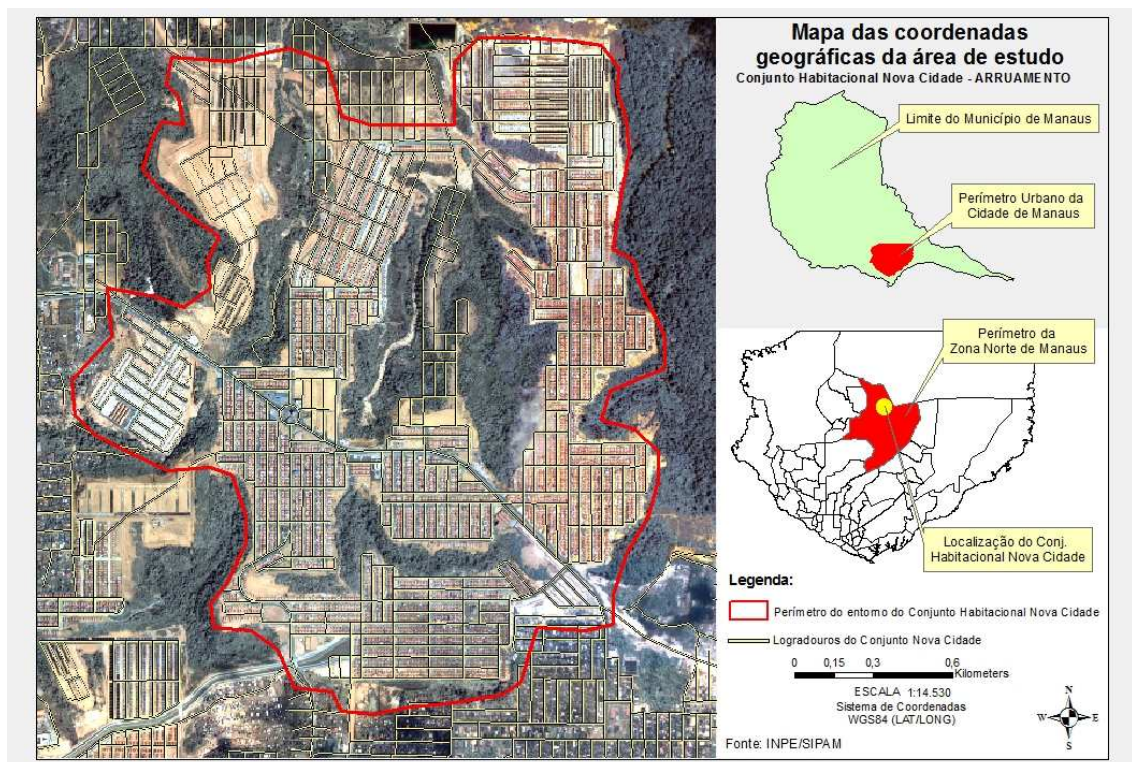


Figura 14: Vista área do conjunto habitacional e arruamento do conjunto  
Fonte: Torres, 2008.

Segundo a lei 6766/79 nos equipamentos urbanos está incluído o abastecimento de água, os serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado, mas a lei 9785/99 referente ao parcelamento do solo inclui além dos itens

anteriormente vias de circulação (pavimentadas ou não) e diferencia a energia elétrica em domiciliar e pública. Já os equipamentos comunitários são os equipamentos públicos de educação, saúde, cultura, lazer e similares descritos igualmente na Lei 6766/79. (PMM, 2008).

Quanto à valorização das casas do conjunto, estas foram avaliadas pela SUHAB em R\$11,8 mil a serem pagos em 240 prestações mensais, mas foi facilmente perceptível a especulação imobiliária intensa culminando em negociatas mais variadas possíveis de acordo com a localização da casa (parte alta ou baixa) e conforme as benfeitorias executadas pelo morador proprietário. (SUHAB, 2008).

Quanto às questões comerciais a Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) afirma que a compra e a venda de imóveis é permitida (figura 15) e a permuta das casas é realizada sem renegociação do saldo da dívida pré-existente o que ainda mais facilita as constantes negociações imobiliárias e conseqüentemente trocas contínuas de proprietários não permitindo ao conjunto uma integralidade identitária.

Diante a isto e de acordo com Noda (2000) a área do conjunto somente poderá ser conceituada como “lugar” a partir do momento que sua caracterização como área espacial geográfica perder o caráter de espaço indiferenciado e a partir disso passar a possuir status de lugar por agregar valores e/ou significados humanos, ou seja, um espaço de valor. Já Tuan (1980) complementa a conceituação de lugar como o espaço onde estão incluídos todos os laços afetivos dos seres humanos como o ambiente material que se diferencia em intensidade, sutileza e modo de expressão.





Figura 15: Casas residenciais e comerciais com placas de venda.  
Fonte: Torres, 2008.

Dessa forma e através da coleta de dados obtidos após a aplicação dos questionários-formulários foi possível perceber que os objetivos iniciais do projeto de construção deste conjunto habitacional estão completamente desvinculados, pois a proposta inicial tinha como público alvo, funcionários públicos estatutários estaduais e estes não representa a totalidade das famílias residentes no conjunto (Gráfico 1).

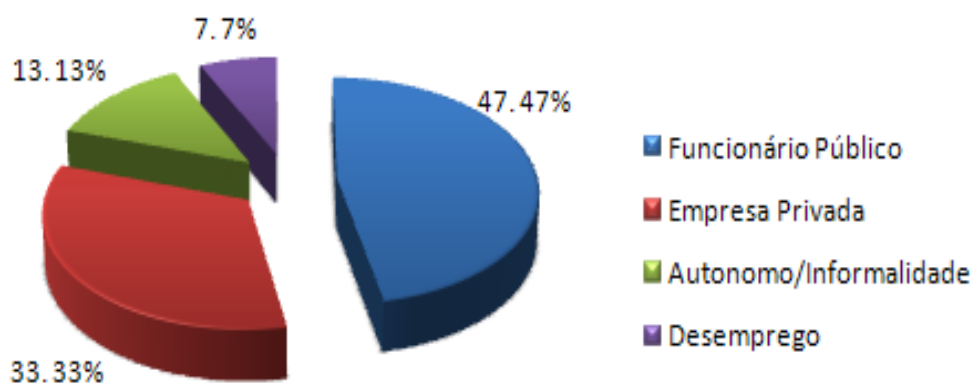


Gráfico 1: Percentual relativo a funcionalidade profissional dos moradores.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008

A valorização das casas, pela visão econômica, se fixa e se valoriza exatamente a partir da produção do espaço urbano. Está ocorrendo, segundo Santos (1980) na medida em que ocorre a atuação do poder público, diante a viabilização de infra-estrutura, ou seja, saneamento básico, iluminação, pavimentação, segurança, educação, saúde e lazer. No caso do Conjunto em questão estes serviços são disponibilizados de forma precária, ineficiente e descontínua aos moradores. Esta infra-estrutura passa a ser analisada mais específica e pontualmente nos parágrafos que se seguem.

A pavimentação existente no conjunto atualmente encontra-se degradada (figura 17). Muitas ruas e avenidas apresentam sinais de abandono e ausência de manutenção por parte do poder público estadual, tal fato é visível pelas ruas e avenidas do conjunto. Além disso, foi citado pelos moradores a falta de uma continuidade no gerenciamento de ações no conjunto por parte do Governo do Estado e que o mesmo não estabelece um cronograma de ações de manutenção do arruamento no Conjunto, trabalhando apenas de forma emergencial (figura 16).



Figura 14: Plano emergencial nas principais vias do conjunto  
Fonte: SEINF, 2008.



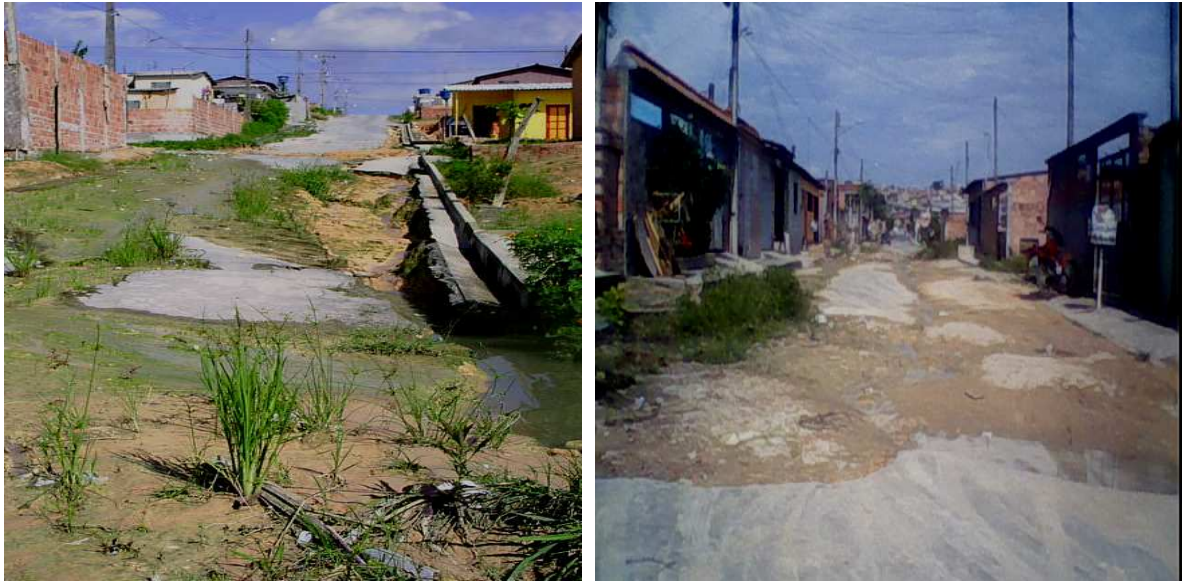


Figura 15: Arruamento com visíveis sinais de abandono  
 Fonte: Torres, 2008.

Manaus, cidade localizada em região tropical, apresenta períodos de maior intensidade de chuvas, característica comum da região. A área onde o conjunto habitacional foi construído contempla diversos igarapés de maior e menor vazão, no entanto o declive do relevo da área é tal que os igarapés menores migram para o igarapé maior, neste caso o Igarapé do Passarinho (figura 17). Esta informação geográfica aparentemente não foi observada pela equipe técnica do projeto, pois a não observância dos quantitativos quanto à vazão pluvial decorrentes aos dutos do Igarapé do Passarinho (figura 18) o que vem comprometendo significativamente a qualidade de vida dos moradores em todos os aspectos.

Durante a pesquisa de campo foi evidenciado e registrado momentos de tensão entre os moradores perante a iminência de alagamento das casas localizadas na região do conjunto nomeado como “buracão”. Segundo relatos colhidos *in loco* dos moradores desta mesma área, disseram que se sentem muito prejudicados com a ocorrência constante de alagamentos, pois nos períodos de maior incidência pluvial é comum a invasão das águas pluviais nas moradias (figura 19). Estes testemunhos foram comprovados através dos registros durante a pesquisa de campo, pois os dutos coletores de águas pluviais existentes não permitem a vazão suficiente,



alagando as ruas do entorno ao Igarapé do Passarinho, receptor das águas pluviais da maior parte da demanda hídrica do conjunto.

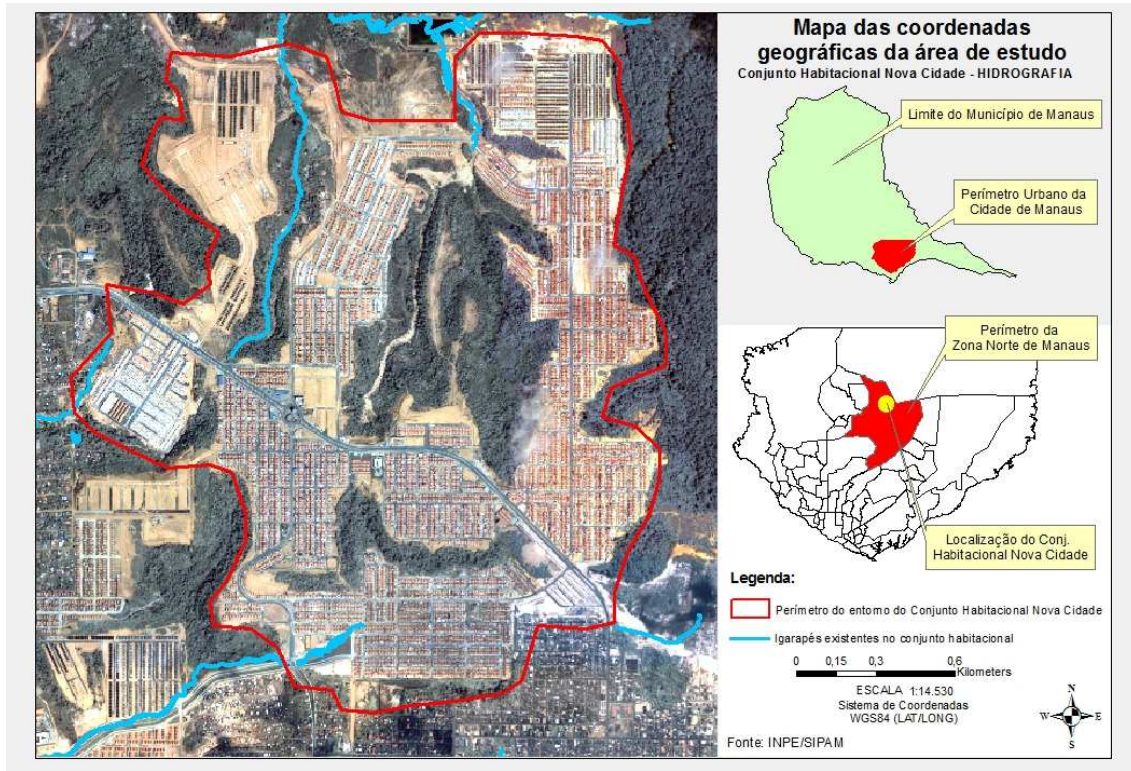


Figura 16: Mapa da aérea do conjunto e a hidrografia  
Fonte: Torres, 2008.



Figura 17: Imagem aérea do Igarapé do Passarinho  
Fonte: SEINF, 2008.





Figura 18: Imagem de alagamento no entorno do Igarapé do Passarinho  
Fonte: Torres, 2007.

De forma mais abrangente os principais eixos do conjunto (figura 20) realizam a conexão necessária entre as ruas do conjunto, porém foi observado que algumas ruas apresentam resquícios de obras abandonadas e/ou inacabadas, pois apresentam valetas abertas, bueiros entupidos e covas abertas (figura 21), o que tem si tornado muito desagradável, pois tem causado muitos transtornos a população local e diversos tipos de constrangimentos.

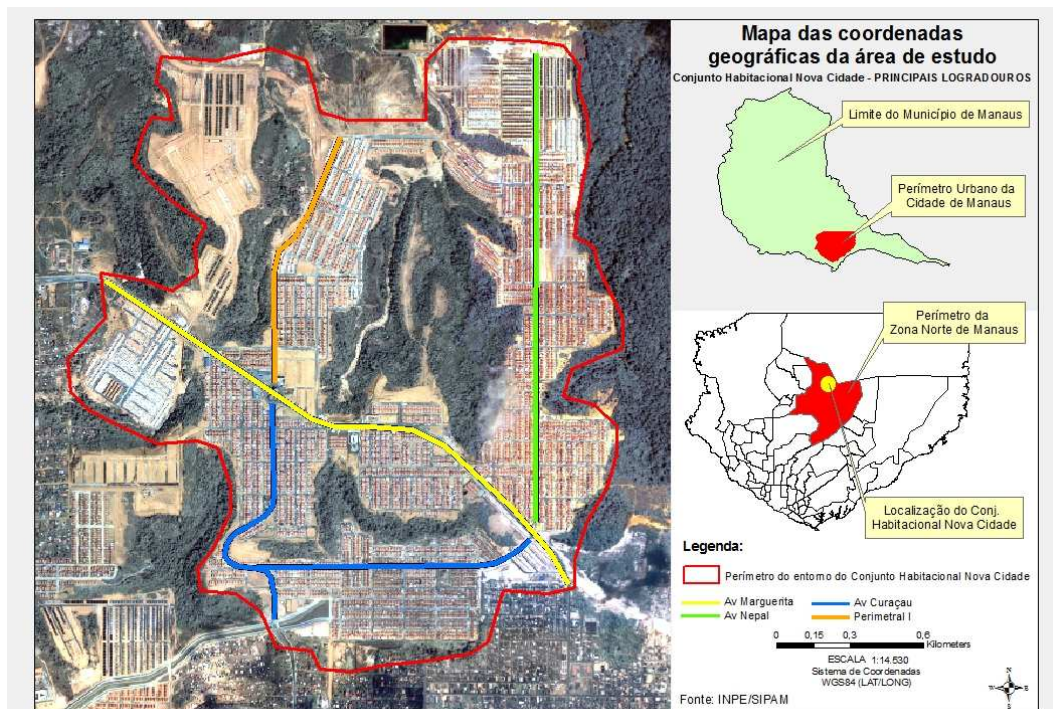


Figura 20: Mapa dos principais eixos do conjunto  
Fonte: Torres, 2008.



Figura 21: Imagem das condições das ruas da área denominada “buracão”  
Fonte: Torres, 2008.

Verificamos através de entrevistas junto aos moradores que o sistema de coleta de resíduos sólidos (figura 22) pode ser classificado como de ótima qualidade, justificado pelo fato de o mesmo ser realizado diariamente em horários basicamente pontuais tendo a suspensão do serviço apenas em alguns domingos e feriados. Quanto a este serviço público vale ressaltar que o maior problema enfrentado por este tipo de serviço urbano não está em sua forma de coleta, mas na destinação do mesmo, pois Manaus não possui usina de reciclagem de lixo e muito menos aterro de sanitário, segundo a própria Secretaria Municipal de Urbanismo e Limpeza Pública (SEMULPS).



Figura 22: Carro coletor responsável pelo serviço de coleta de lixo doméstico.  
Fonte: Torres, 2008.

Ainda sobre a coleta de resíduos domiciliares é providencial enfatizar que não existe no conjunto nenhum tipo de sistema de coleta seletiva ativo, o que seria de grande valia diante aos problemas ambientais identificados. No entanto para se conquistar sucesso em programas de coleta seletiva, Tenório (2004) afirma que estes programas devem ter três técnicas ou estratégias de separação e coleta para posterior reciclagem. São eles: separação do material na fonte elo gerador (programa de caixas de coleta em calçadas), pontos de entrega voluntária (com utilização pelas usinas de re ciclagem) e finalmente usinas de separação e reciclagem de sólidos.

Segundo dados coletados na Secretaria Municipal de Urbanismo e Limpeza Pública (SEMULPS), a cidade de Manaus não possui local apropriado para disposição final dos resíduos sólidos corretamente, o aterro municipal recebe diariamente 2.000 T de resíduos sólidos, do tipo residencial, industrial, hospitalar, entulho de construção civil e restos orgânicos de plantas. Em média, cada habitante produz 1,4 kg/ dia de lixo.

Além do mais, o representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Limpeza Pública (SEMULPS), em entrevista, relatou que um dos maiores problemas enfrentados por eles está no fato de a própria população Manaura destinar resíduos domésticos de maneira errônea, queimando, jogando em áreas livres, terrenos baldios ou diretamente nos igarapés (figura 23).

Até mesmo durante a pesquisa de campo foi possível flagrar os próprios moradores utilizando-se das áreas de vegetação como depósito de lixo (figura 24). Igualmente foi identificado e registrado em diversos pontos da área de estudo restos de lixo doméstico depositados em fragmentos florestais do conjunto.





Figura 23: Imagens de lixo doméstico depositado em áreas verdes do conjunto  
Fonte: Torres, 2008.



Figura 19: Imagens de moradores carregando sofás que foram jogados em áreas verde do conjunto  
Fonte: Torres, 2008.

Nestes espaços denominados como áreas livres, Lardent (1982) conceitua como conjunto de espaços urbanos estabelecidos ao ar livre destinados a todo tipo de utilização relacionada a pedestres, tais como, descanso, passeio, prática de esportes em geral, recreio e entretenimento em horas de ócio. Ainda que, se deste mesmo espaço livre predominar áreas plantadas de vegetação, esta será considerada área verde.

Quanto ao serviço de saneamento de esgoto doméstico existente no conjunto, o mesmo apresenta-se sob total ineficiência, pois é possível sentir odores fétidos ao caminhar pelo conjunto, principalmente em dias ensolarados, como também é visível a obsolência do serviço prestado pela empresa águas do Amazonas (responsável pelo serviço) que visivelmente (figura25) aparenta não absorver o volume total do esgoto doméstico produzido no conjunto.



Figura 25: Imagens da situação da estação de tratamento de esgoto  
Fonte: Torres, 2008.

O serviço de fornecimento de água potável segundo os entrevistados se apresenta ineficiente e precário e, diversos são os problemas e as dificuldades enfrentadas pelos moradores no que tange às constantes interrupções no fornecimento do produto. E quando perguntados a respeito deste serviço todos os entrevistados responderam unanimemente (100%) tratar-se de um serviço oneroso e de péssima qualidade.

A situação se agrava ainda mais porque a grande maioria dos entrevistados e seus familiares se encontram no trabalho ou na escola quando acontece o oferecimento do serviço e água, mas as caixas de armazenamento, ou seja, as caixas d'água (figura 26) entregues nos

imóveis não têm capacidade de armazenagem suficiente para abastecer o quantitativo das famílias, ou seja, 310 litros.



Figura 20: Imagem da caixa de armazenamento de água.  
Fonte: Torres, 2008.

Outro fator que contribui para agravar a questão do abastecimento de água percebida durante a pesquisa está na quantidade de pessoas residentes nos imóveis (gráfico 2) e que se incompatibiliza com a capacidade de armazenagem do produto e a quantidade de oferecimento do serviço executado pela empresa Águas do Amazonas, pois a média ocupacional das casas gira em torno de 4 pessoas, o que significa uma média de 70 litros de água por pessoa de acordo com a capacidade de armazenagem das casas.(média de consumo/pessoa/dia).



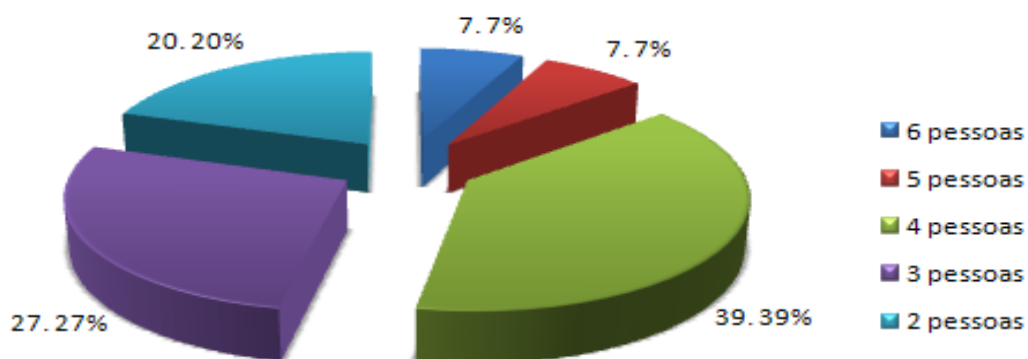


Gráfico 2: Quantitativo do número de pessoas que habitam cada moradia  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Conforme informações obtidas na Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) e confirmadas pela Águas do Amazonas, o conjunto conta com um total de 350 metros cúbicos de água e mais 140 metros cúbicos de água que serão entregues ainda neste ano (figura 27), mas que somente serão interligados ao sistema juntamente com o término da construção de uma adutora que vai interligar todo o sistema de abastecimento da cidade.



Figura 21: Caixas de armazenagem e distribuição de água existente no conjunto  
Fonte: Torres, 2008

O abastecimento de água é administrado pela concessionária - Águas do Amazonas e segundo a empresa a justificativa para o racionamento de oferta de água se dá porque o serviço oferecido aos moradores é realizado através de um sistema denominado de “manobra” que consiste em fornecer água para as várias etapas do conjunto em horários diferenciados de forma a atender todos os moradores por determinados períodos do dia ou da noite.

De acordo com a administradora o total de poços artesianos no conjunto é de nove unidades, mas o projeto básico da obra previa também a construção de duas subestações e duas redes adutoras e que ainda não tinham sido construídas no período de ocorrência desta pesquisa de campo.

Ressalta-se que a responsabilidade do abastecimento de água potável nos conjuntos habitacionais está prevista na lei federal 6.766/79 onde está determinado que a infraestrutura de todo e qualquer loteamento e conjunto habitacional, no município de Manaus, seja de responsabilidade do empreendedor, neste caso o Governo do Amazonas, através da SUHAB.

Quanto ao serviço de energia elétrica oferecido aos moradores, segundo os resultados obtidos na pesquisa de campo este serviço é de boa qualidade e contínua, salvo raras exceções em períodos muito curtos de queda de energia, muitas vezes causadas por problemas técnicos com transformadores, postes ou ainda a ocorrência de temporais com ventanias, sendo que o restabelecimento de serviço segundo os entrevistados têm acontecido providencial e satisfatoriamente (gráfico 3).

Já o serviço de iluminação pública nos logradouros segundo dados obtidos na pesquisa os moradores classifica-se como de boa qualidade, porém os residentes na área denominada como “buracão” alegam que este serviço é precário (figura 28), principalmente nas ruas e

avenidas por onde circulam os ônibus, deixando a mercê da própria sorte aqueles que no período noturno precisam fazer uso deste serviço urbano.



Figura 28: Avenida do Igarapé do Passarinho.  
Fonte: Torres, 2008.

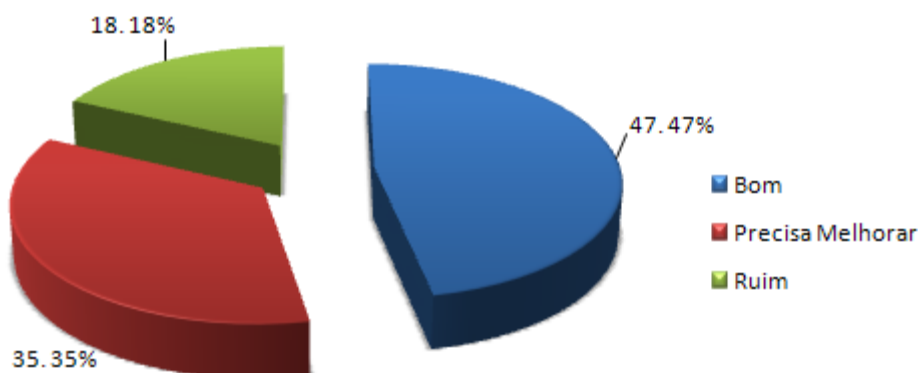


Gráfico 3: Percentual relativo à iluminação pública do conjunto  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O serviço de transporte coletivo observado durante a realização da pesquisa veio confirmar as indagações feitas pelos moradores, pois foi possível confirmar a precariedade do transporte público oferecido (Figura 29). Diversas são as dificuldades enfrentadas pelos moradores no cotidiano do conjunto, dentre elas temos: a dimensão geográfica do próprio

conjunto proporciona um distanciamento muito grande das ruas intermediárias do conjunto para as avenidas por onde circulam os coletivos.

Outra reclamação dos moradores está na distância entre o conjunto e o centro comercial da Cidade Nova, referência comercial mais utilizada pelos moradores, 73% dos entrevistados, local onde a maioria dos moradores realizam suas compras e pagam suas contas. Além disso, a quantidade de veículos e de linhas oferecidas não é compatível à quantidade de passageiros que necessitam deste meio de transporte diariamente.



Figura 29: Imagem do ponto final do coletivo n.058 dentro do conjunto.  
Fonte:Torres,2008.

Dentre 50 entrevistados, os que se intitulam mais prejudicados foram os residentes na localidade denominada “buracão”, pois alegaram que a circulação dos ônibus se dá muito distantes de suas casas obrigando-os a ter que optar pelo transporte alternativo, hoje compreendido pelas linhas 818 e 819 da Cooperativa de Transporte Alternativo (COOPTAL) (Figura 30). Além disso, os locais onde estão localizados os pontos de parada dos circulares são desprovidos de iluminação pública adequada o que vem facilitando a ação dos assaltantes na área.



Figura 30: Imagem do microônibus (linha 818) circulando no conjunto em dia de chuva  
Fonte: Torres, 2008.

O setor educacional na área do conjunto conta com 03 (três) escolas estaduais distribuídas em pontos estratégicos do conjunto. As Escolas Estaduais Ruy Alencar e Roberto dos Santos Vieira estão localizadas na Avenida Maguerita, principal via de acesso ao conjunto, já a Escola Terezinha Tupinambá localiza-se na Avenida Nepal, uma das principais vias que corta o lado norte do conjunto (Figura 31).

Estes três estabelecimentos de ensino atendem alunos desde a educação básica de ensino fundamental das séries iniciais e finais, como também nível de ensino médio. Vale ressaltar que em outra área bem próxima ao limite do conjunto com o conjunto Cidadão existe outra escola estadual denominada Prof. Sebastião Augusto Loureiro Filho que também atende alunos do conjunto Nova Cidade, mas também outros alunos residentes nos Conjuntos de seu entorno.





Figura 31: Imagens das Escolas Estaduais presentes no conjunto.  
Fonte: Torres, 2008

Durante a pesquisa foi possível conferir que o serviço educacional está atendendo bem aos habitantes do conjunto, que narraram poucas queixas quanto ao não oferecimento de vagas a alunos de níveis de ensino diferenciados. Os entrevistados demonstraram insatisfação quanto à falta de escolas para as séries pré-escolares e de vagas para educação básica (1º ao 6º ano).

É fato que na área do conjunto não existem escolas públicas de ensino infantil, nem de educação de ensino fundamental de séries iniciais (1º. ao 5º. ano) sob responsabilidade do município, sendo oferecidas vagas somente nas escolas administradas pelo governo do Estado o que obviamente não consegue atender a demanda total do conjunto.

Quanto à localização das escolas os moradores disseram estarem satisfeitos, pois as escolas estão construídas em locais estratégicos pelo conjunto (figura 32) de forma a atender plenamente as necessidades dos entrevistados. E, com relação a este equipamento comunitário Santos (1980) defende que estes devem ser construídos em locais de fácil acesso, servido por linha de transporte coletivo e Ferrara (1999) complementa agregando a este abrigo de ônibus e pequeno comércio.

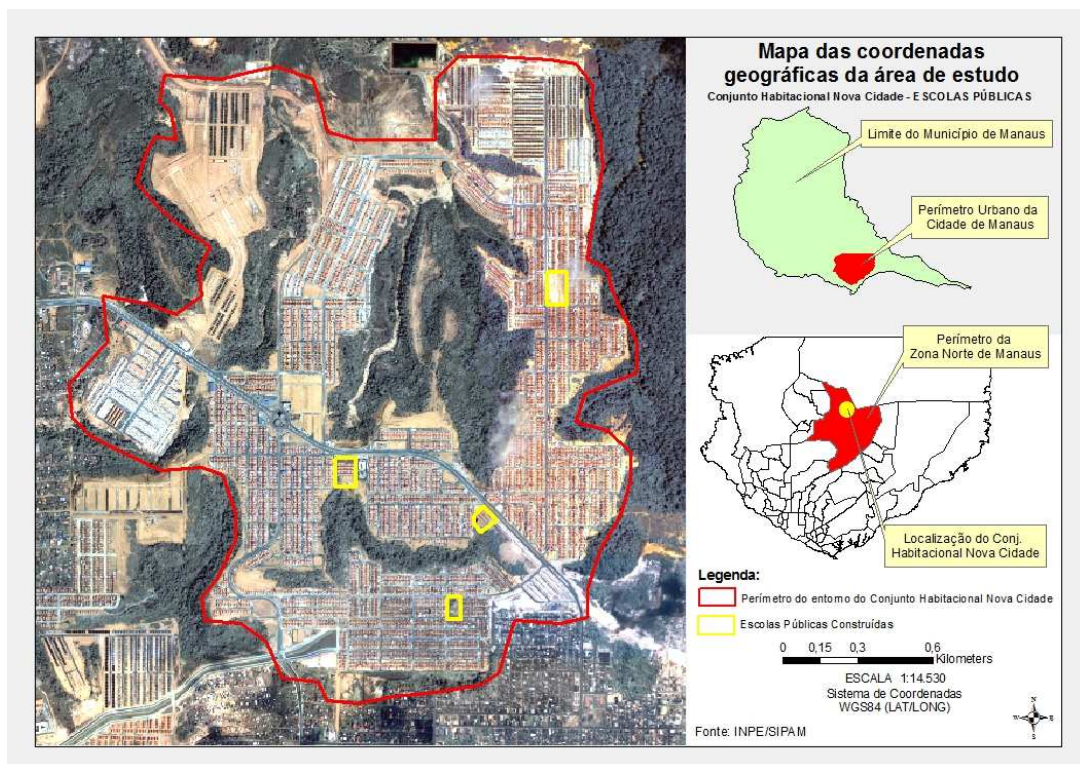


Figura 32: Mapa com demarcação das Escolas.  
Fonte: Torres, 2008.

As questões referentes à saúde pública referenciada durante a pesquisa observou certo grau de insatisfação por parte dos entrevistados visto que a grande maioria diz não possuir um serviço de atendimento clínico e de urgências no conjunto. Alegam que o posto médico existente no conjunto, a Policlínica João dos Santos Braga (figura 33), funciona mediante agendamento médico através de um encaminhamento de outro pronto atendimento, mas o pronto atendimento mais próximo do conjunto está localizado num bairro ainda mais distante o que vem dificultando o serviço de atendimento médico dos moradores.

Quanto a estes questionamentos devemos nos atentar para a competência da Policlínica existente, pois Postos de Saúde/Centros de Saúde, segundo Santos (1991) devem ser destinados a orientar a prestação de assistência médico-sanitárias à população e deve ser construído em áreas residenciais, em centro de bairros com acesso fácil de transporte coletivo.



Figura 33: Imagem da Policlínica instalada na área central do conjunto.  
Fonte: Torres, 2008

Quanto ao setor de comércio estabelecido no conjunto todos os entrevistados alegam estarem bem servidos com relação ao oferecimento de produtos de necessidade básica e de material de construção, pois a maioria dos pontos comerciais ficam concentrados na Avenida Maguerita, principal via de acesso ao conjunto, além disso, em várias ruas intermediárias e



que entrecortam o conjunto, algumas casas foram adaptadas para casas comerciais com comércios de diversos gêneros de primeira necessidade, com ênfase para os gêneros alimentícios (Figura 34).

Cerca de 50% dos entrevistados se detiveram em reivindicar um melhor funcionamento da área comercial do conjunto e que esta pudesse abranger bancos, correios, etc., pois por não terem a oferta destes serviços são obrigados a se deslocar para área comercial do conjunto Cidade Nova, o mais próximo, ou mesmo para o centro da cidade, mais distante ainda. Além disso, dizem que a Feira do Produtor estruturada na área comercial do conjunto não atende as necessidades a contento da maioria.



Figura 34: Imagem de satélite do conjunto e as principais vias comerciais  
Fonte: Google Earth, 2004.

A segurança pública do conjunto é realizada pela equipe do 15º. DIP., localizada na avenida Maguerita (figura 35) onde os policiais mantêm um trabalho preventivo e ostensivo porém os entrevistados, quando perguntados a respeito da segurança pública explanaram descontentamento, pois alegam não se sentirem seguros na área do conjunto.



Figura 35: Imagem do 15º. Distrito Policial instalado na via de principal acesso do conjunto  
Fonte: Torres 2008

Cerca de 60% dos entrevistados (gráfico 04) declararam-se prisioneiros em suas próprias casas, pois não podem se ausentar das mesmas, por medo de furtos ou assaltos as casas vazias, ocorrência mais comum no conjunto. Outro problema detectado foi à ausência de um policiamento preventivo, pois segundo os entrevistados não é comum presenciar a circulação de viaturas no conjunto, apesar de ter um distrito instalado na área do conjunto.

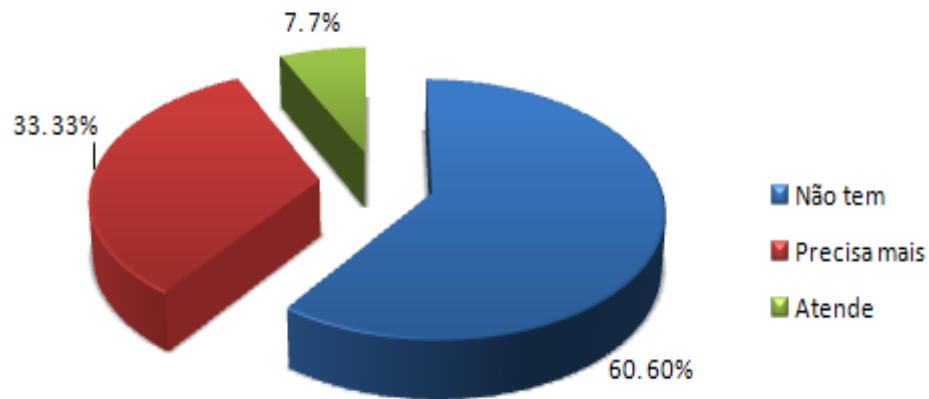


Gráfico 4: Percentual da satisfação dos entrevistados quanto a segurança pública  
 Fonte: Pesquisa de campo

Ainda, a totalidade dos entrevistados residentes na localidade denominada “buracão” conta que na área onde residem existe uma grande incidência furtos executados por motoqueiros que circulam pelo conjunto e o principal alvo dos ataques são as paradas dos ônibus circulares.

Alegam também que, pelo fato dos ônibus passarem muito longe de suas casas, as paradas escuras e desérticas deixam-nos na iminência de serem assaltados. Ficou bem explícito nos resultados desta pesquisa que todos os grupos sociais formados no conjunto têm como prioridade, dentre várias, a necessidade de sentirem-se seguros em suas casas.

Quanto à questão da segurança pública, em áreas com grande concentração de pessoas as delegacias devem estabelecer-se em vias principais de circulação no centro e em áreas periféricas conforme o que defende Gouvêa (2003).

O ser humano tem “necessidades” de segurança e de aventura, de sociabilidade e de solidão, de satisfações e de insatisfações, de desequilíbrio e de equilíbrio, de descoberta e de criação, de trabalho e de jogo, de palavra e de silêncio. A casa, a morada, a residência e o

apartamento, a vizinhança, o bairro, a cidade, a aglomeração, satisfizeram, ainda satisfazem, ou não satisfazem mais a alguns desses apelos. (Lefebvre 1999).

### 3.2 Os atores e sua organização social

Passaremos a seguir a discutir a respeito dos moradores do conjunto, das formas de relação desses e os processos sociais nos quais estão envolvidos, sendo que, os processos sociais são as formas pelas quais os indivíduos se relacionam uns com os outros, ou seja, as formas de estabelecer as relações sociais. (Lefebvre 1999).

Iniciamos nossa pesquisa objetivando informações a respeito das origens dos entrevistados, entre os quais identificamos que 46% dos moradores são Manauaras, nascidos na capital e outros advindos dos mais diversos municípios do Estado do Amazonas e de outros Estados, e em sua grande maioria, segundo relatos obtidos nas entrevistas, filhos de migrantes nordestinos que aqui chegaram em busca de trabalho e motivados pela implantação de Zona Franca de Manaus ocorrida entre os anos de 1960 e 1970.

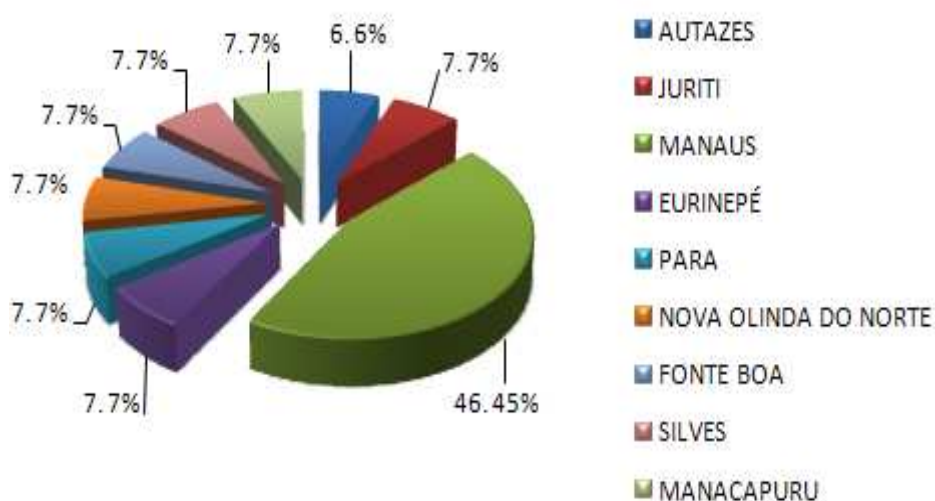


Gráfico 5: Relativo ao percentual das origens dos moradores  
Fonte: Pesquisa de campo

A migração de pessoas em busca de melhores empregos e renda realizada pelos parentes dos entrevistados vem confirmar o que Wilhelm e Deák (1970) indagam a respeito de a qualidade de vida estar intrínseca à satisfação de aspectos objetivos representados pela renda, emprego, objetos possuídos e qualidade de habitação dentre outros.

O fato das famílias terem se mudado para o conjunto segundo os resultados obtidos na pesquisa em sua grande maioria (74%) justificou-se pela necessidade das famílias de se livrarem do aluguel residencial e diante da oportunidade da compra da casa própria, já outras justificativas estão descritas abaixo e podem ser observados no gráfico 6.

Comune e Campino (1980) diante a isso indagam que além da quantidade de necessidades básicas atendidas, a idéia de qualidade para os indivíduos relaciona-se à qualidade do meio físico e social e inerente a estes estão a infra-estrutura, os serviços de saúde, de recreação e lazer, como também a existência e eficiência de estabelecimentos, bancários e áreas verdes.

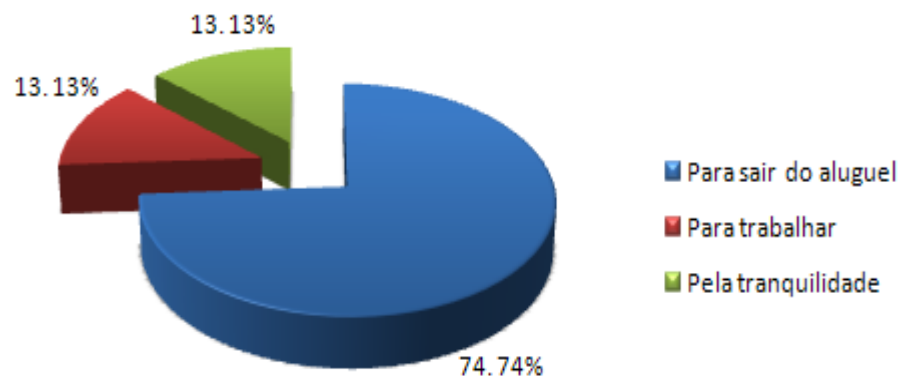


Gráfico 6: Percentual sobre a motivação para viver no conjunto  
Fonte: Pesquisa de campo

Para explicar sociologicamente as escolhas feitas pelos indivíduos temos Max Weber (*apud* LINS, 2005) que afirma que o indivíduo escolhe ser o que é, embora as escolhas sejam

limitadas pelo grau de conhecimento do indivíduo e pelas oportunidades oferecidas pela sociedade. O indivíduo é levado a escolher em todo instante, o que faz da vida uma constante possibilidade de mudança. O indivíduo escolhe em meio aos embates da vida social. Essa idéia faz com que o sentido da vida, da história, seja dado pelo próprio indivíduo. Os processos não têm sentido neles mesmos, mas são os indivíduos que dão sentido aos processos.

Quanto às relações sociais existentes no conjunto, observou-se nas entrevistas que há segregação social, perceptíveis de acordo com a localidade em que vivem cada grupo de moradores pesquisados. Alguns residem em regiões melhor localizadas, mais próximas ao setor comercial e de lazer, escolas, avenidas de grande circulação, etc. Outros possuem residência em locais menos privilegiados, ou seja, mais distantes dos equipamentos urbanos, em áreas de planícies baixas passíveis de alagamentos ou em ruas intermediárias, distantes das principais vias de acesso ao conjunto.

Para explicar estas diferenciações Weber (*apud* LINS, 2005, p 76) indaga que “os grupos sociais se diferem quanto ao grau de contato de seus membros. Os grupos primários são aqueles em que os membros possuem contatos primários, mais íntimos. Exemplos: família, grupos de amigos, vizinhos, etc.”

Um dos problemas mais impressos no cenário do conjunto está relacionado à desagradável sensação térmica causada pela quase total ausência da arborização urbana nos logradouros do conjunto e que pode ser verificado na figura 36.

Este fato pode ser compreendido diante a forma como se deu o processo de implantação do conjunto, onde a vegetação nativa foi totalmente retirada no período de edificação das casas do conjunto. Para Bruggmann (1992) o ecossistema urbano caracteriza-se pela forte presença da atividade humana transformando o ambiente natural, pela produção e



consumo constantes e pelo estabelecimento de fluxos intensos de toda ordem (fluxo de pessoas, de energia, de recursos econômicos e de relações sociais).



Figura 36: Imagem aérea do conjunto onde fica visível a ausência de verde  
Fonte: SEINF, 2008.

Os benefícios obtidos através da arborização urbana ocorre em localidades onde aja a existência de áreas verdes e são os mais diversos dentre estes podemos citar: proteção contra ação dos ventos, diminuição da poluição sonora, manutenção da avifauna, diminuição da poluição atmosférica, e principalmente os benefícios relacionados a melhoria da qualidade climática como sombreamento, absorção de parte dos raios solares e neutralização do excesso do dióxido de carbono principal contribuinte do aquecimento global.

Na área de estudo, a ausência de arborização contribuiu negativamente para o destelhamento de diversas casas, ocorrido durante um forte temporal na área conforme artigo publicado pelo jornal “A Crítica” em maio de 2003, prejudicando as famílias que tiveram sérios problemas relacionados a prejuízos com mobílias, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, pois as casas em sua estrutura não possuem forro interno.

Segundo informações obtidas na Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) alguns projetos de arborização foram e estão sendo implantados no

conjunto envolvendo varias instituições governamentais, tais como, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), a Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAF), a Secretaria Municipal e Meio Ambiente (SEMMA), entre outros.

Em entrevista com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Sra. Luciana Montenegro Valente, em 19 de setembro de 2008, a respeito da insatisfação térmica presente nas ruas do conjunto, ou seja, a questão paisagística foi nos repassada a informação de que, apesar de o conjunto habitacional Nova Cidade não ter sido entregue ao poder público municipal legalmente, por não ter cumprido todas as fases do projeto inicial, a Secretaria vem implementando desde março de 2005 um programa de arborização, através da sua Coordenação de Arborização e Paisagismo (CARBO), visando à melhoria ambiental. Este programa propõe por meio da arborização dos logradouros públicos, recuperação de áreas degradadas, parques e unidades de conservação, através de ações de replantio.

O clima é um conjunto de fenômenos meteorológicos que definem a atmosfera de um determinado lugar e os elementos que o caracterizam pode afetar o homem tanto diretamente quando em relação as atividade que desempenha. E, diante as características climáticas de Manaus, clima tropical úmido, com temperaturas médias de 30° Celsius vê-se a importância das áreas verdes para manter-se o conforto climático nas áreas centrais (IBGE, 2008).

A presença da vegetação na área do conjunto poderia promover a estabilização das condições físicas proporcionando aos moradores um conforto ambiental decorrentes de vários fatores como, umidade, temperatura, ventos radiação solar, controle de erosão e poluições das mais diversas, além de proporcionar aos moradores locais que podem ser utilizados para recreação e lazer. (SECOVI, 2000).

O desmatamento de áreas de floresta para ocupação urbana e o excessivo adensamento da cidade, vêm não só acentuando os parâmetros de desconforto ambiental, como também, comprometendo as possíveis soluções técnicas e econômicas, pois a contribuição que a



vegetação pode dar, não só ameniza o clima urbano da cidade, mas, sobretudo melhora de maneira decisiva o conforto ambiental em geral.

As áreas verdes urbanas tem tido diversas e diferentes conceituações, mas Lima *et al* (1994) indaga a área verde como local onde há predomínio de vegetação arbórea, englobando neste cenário as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Mas, no conjunto é perceptível a ausência de manutenção das áreas verdes. O que mais se presencia são áreas abandonadas e gestadas pelos próprios moradores que instituem suas próprias regras e uso e de acesso as mesmas.

Já o código ambiental do município de Manaus (Lei 605/20001) descreve áreas verdes como “espaços definidos pelo poder público municipal, com base no memorial descritivo dos projetos de parcelamento do solo urbano, constituídos por florestas ou demais formas de vegetação primária, secundária ou plantada, de natureza, inalienável e destinados a manutenção da qualidade ambiental”, porém áreas verdes localizadas no entorno de residências tendem a ser desprovidas da vegetação original e replantadas com espécies frutíferas e ornamentais conforme foi registrado na pesquisa e pode ser verificado nas figuras 37 e 38.



Figura 22: Imagem do fundo do terreno de uma moradia com quintal cultivado  
Fonte: Torres 2008



Figura 38: Imagem de alguns cultivos praticados nos quintais e nas áreas verdes do conjunto  
 Fonte: Torres 2008

Ainda que, a área do conjunto Nova Cidade seja um dos locais de maior necessidade com relação à arborização está como prioridade impressa no Plano Diretor de Arborização Urbana, estabelecido a partir do I Fórum Municipal de Arborização Urbana, ocorrido abril de 2007, e regulamentado a partir da criação de uma Câmara Técnica de Arborização dentro do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA).

Foi reafirmado ainda, a respeito da sensação térmica estabelecida na área do conjunto habitacional Nova Cidade, pela entrevistada, sobre a importância, o conhecimento e o compromisso que alguns moradores do entorno à área da Reserva Florestal Adolpho Ducke<sup>1</sup> pois são sabedores que se trata de uma área que pode promover serviços ambientais, dentre

---

<sup>1</sup> Criada em 1962, a área da Reserva Florestal Adolpho Ducke é um fragmento florestal urbano que ocupa uma área de 100 km<sup>2</sup>, destinadas para estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas-INPA por sua rica biodiversidade.



eles, o bem estar térmico no conjunto, além de abrigar nascentes de importantes igarapés de Manaus.

Arelado à Reserva Florestal Adolpho Ducke está o Jardim Botânico Adolpho Ducke, localizado no extremo norte da área urbana de Manaus, foi criado em 24 de outubro de 2000 e ocupa uma área de 6 km de comprimento por 500 metros de largura ao longo da borda sul e 4 km de comprimento por 500 metros de largura ao longo da margem oeste.

O Jardim Botânico (figura 39) é administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), mediante um convênio firmado junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) e que possui uma ampla estrutura para realização das mais diversas atividades de cunho educativo e ambiental, por meio de programas e projetos sócio-ambientais, tais como, “O Jardim Botânico vai à escola”, sua criação foi estratégica e tem como objetivos, conter o avanço das ocupações desordenadas de terras públicas e aproximar o poder público dos moradores residentes em seu entorno.



Figura 23: Área do Jardim Botânico Municipal e folder explicativo do local  
 Fonte: Torres 2008

Geddes (1994) publica sua clássica obra “*Cities in Evolution*”, que passa a ser considerada como um dos principais marcos teóricos no enfrentamento e na compreensão das novas questões urbanas e regionais advindas com o processo de urbanização. Um de seus mais destacados méritos foi introduzir a idéia do planejamento regional como uma das formas necessárias de compreender a expansão das cidades.

O processo de crescimento das cidades poderia ser distribuído a partir de um território mais amplo, podendo melhor aproveitar os “recursos naturais em equilíbrio com a agricultura e os bosques, formando um todo lógico e esparso” (JACOBS, 2000) situação não oferecida nas ruas e avenidas do conjunto, pois o conflito entre os instrumentos legais e as políticas públicas que muitas vezes são aplicados de forma muito inconseqüente estão e são pulsantes nesta área.

Os resultados dessas ações ilegais inescrupulosas são negativos em todos os sentidos, seja para a população, para o crescimento urbano, para o mercado de imóveis e principalmente para preservação dos recursos naturais.

Dentre as ações cidadinas que acontecem no espaço urbano de modo geral e amplo uma das mais agravantes são as ocupações e assentamentos informais (invasões), pois a falta de acesso a uma moradia digna pelas populações economicamente inativas certamente deve estar associada à urbanização e ao desenvolvimento das cidades.

Na área de estudo foi possível observar a existência de ocupações ilegais numa área localizada entre o conjunto e a Reserva Ducke, conforme pode ser verificado na figura abaixo (figura 40).



Figura 40: Imagem de áreas que apresentam invasões ilegais  
 Fonte: Google, 2007

Mas este cenário não é recente nem exclusivo de nossa cidade, começou a ser impresso a partir do início do século XX impulsionado pelo processo migratório do campo graças à industrialização causando um esplendoroso, desordenado e excludente crescimento populacional em Manaus (OLIVEIRA, 2003).

É a partir deste contexto histórico que começam a surgir e a desenvolverem os assentamentos informais e que se relacionam diretamente com problemas de desigualdade e segregação social, econômica, política e ambiental. Dentre as causas macroeconômicas encontram-se os altos níveis de desemprego, os baixos salários dos trabalhadores urbanos e o aumento da pobreza. Sem poder aquisitivo e sem auxílio, a população carente passa a residir em assentamentos informais. (LINS, 2005).

De acordo com o Ministério das Cidades (2006), no Brasil há um total de cerca de 5 milhões de imóveis desocupados, ao passo que o déficit habitacional nacional alcança os 7

milhões de unidades habitacionais, urbanas e rurais. No Amazonas, especificamente em Manaus este déficit chega a milhares de unidades habitacionais.

O Estatuto da Cidade rege que Lei Federal do Desenvolvimento Urbano, que regulamenta o art. 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil (CFB). De acordo com Prestes (2006) essa Lei criou um sistema de normas e institutos que têm em seu cerne a ordem urbanística, fazendo nascer um direito urbano-ambiental, dotado de institutos e características peculiares, enraizado no texto constitucional, que possibilita a construção de um conceito de cidade sustentável, com suas contradições, dicotomias, perplexidades, antagonismos e pluralidade.

A partir do momento em que os municípios tornaram-se obrigados a participar das políticas de desenvolvimento e gestão urbanas, na participação popular na formulação de planos diretores e na gestão de recursos públicos obrigatoriamente alguns cenários começam a demonstrar alterações positivas.

Manaus, não diferente de outras cidades possui leis urbanas reguladoras do uso e ocupação do solo, plano diretor, os códigos normativos de obras, regras de parcelamento de solo dentre outras. Mas, não só as legislações urbanas produziram a exclusão e a segregação do acesso à terra urbanizada pelas populações pobres e o incremento da irregularidade, a falta de uma gestão participativa na cidade que contempla-se aspectos urbanos e ambientais é um dos maiores desafios para os gestores públicos, ou seja, superar as análises e soluções fragmentadas para os diferentes impactos negativos que resultem das ocupações informais precárias.

Na pesquisa fez-se presente a dicotomia **ambiente x habitação**, pois de um lado temos as normas de proteção ambiental que têm sido colocadas como um impeditivo legal à implementação de instrumentos de garantia do direito à moradia, como a Concessão Especial para fins de Moradia e o usucapião constitucional urbano. Do outro, propostas para

reconhecer, regularizar e recuperar áreas invadidas que se multiplicam sem o componente ambiental, ou seja, não apontam a efetiva melhoria da qualidade ambiental dos assentamentos informais precários. Conforme Prestes (2006, p.79), a abordagem dos conflitos urbano-ambientais no uso e ocupação do solo nas cidades deve levar em conta que:

a) historicamente as cidades não destinaram áreas para a população de baixa renda, seja por falta de previsão, seja pela falta de um mercado que atendesse essa faixa de renda; b) as áreas de preservação ambiental vieram sendo ocupadas com a convivência dos poderes públicos; c) muitos locais já estavam ocupados antes de se tornarem legalmente Áreas de Preservação Permanente (APP's); d) a ineficácia das normas ambientais contribui para o descontrole atual que leva milhões de brasileiros a morar na ilegalidade, colocando em contraposição o direito à moradia com o direito ao meio ambiente equilibrado, como se fossem antagônicos e não interdependentes.

No que se refere à proteção legal do direito à moradia e do direito ao meio ambiente, a Constituição Federal do Brasil (CFB) admite a proteção constitucional aos direitos reconhecidos através dos tratados internacionais e a prevalência dos direitos humanos como um dos princípios que devem reger as relações internacionais (art. 4º, II). As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata nos termos do Parágrafo 1º do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil (CFB). O direito à vida, o direito à saúde, à moradia e ao meio ambiente sadio são fundamentos das normas internacionais de direitos humanos.

Já a Emenda Constitucional n. 26 reconheceu o direito à moradia como um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, elevando-o à categoria dos direitos que devem ser exercidos para o alcance da liberdade, da igualdade, da segurança e da propriedade e do próprio direito à vida, art. 5º da Constituição Federal do Brasil (CFB). E no contraponto o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade significa a obrigação do Poder Público de garantir acesso a todos os que vivem na cidade à moradia, aos equipamentos e serviços



urbanos, à saúde, educação, cultura, etc. Enfim, aos direitos urbanos que são inerentes às condições de vida digna na cidade.

A competência para cuidar da saúde, proteger o meio ambiente e melhorar as condições habitacionais e do saneamento básico é considerada comum entre a União, Estados e Municípios (art. 23, II, VI e IX da CFB). Já a Lei Federal n. 8080/90, que dispõe sobre a política de saúde, estabelece em seu art. 3º que o saneamento básico é considerado como um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde, da mesma forma que moradia, o meio ambiente e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Enfim a Constituição Federal do Brasil (CFB) define um conjunto de políticas públicas necessárias para assegurar que os direitos econômicos, sociais e culturais sejam respeitados, porém é preciso que as idéias saiam dos papéis e ganhem a realidade para poderem tornar-se uma realidade melhor as populações do país, inclusive os Manauaras.

Inicialmente o projeto do conjunto foi criado para atender exclusivamente a funcionários públicos estaduais que se inscreviam na Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) e aguardavam análise de suas fichas mediante visitas de assistentes sociais e aprovação dos cadastros. Na pesquisa de campo conforme os dados do gráfico 7, foi possível perceber que apenas metade dos moradores residentes hoje no conjunto são funcionários públicos remanescentes e os outros são moradores que compraram, alugaram, etc, os imóvel de outros proprietários.

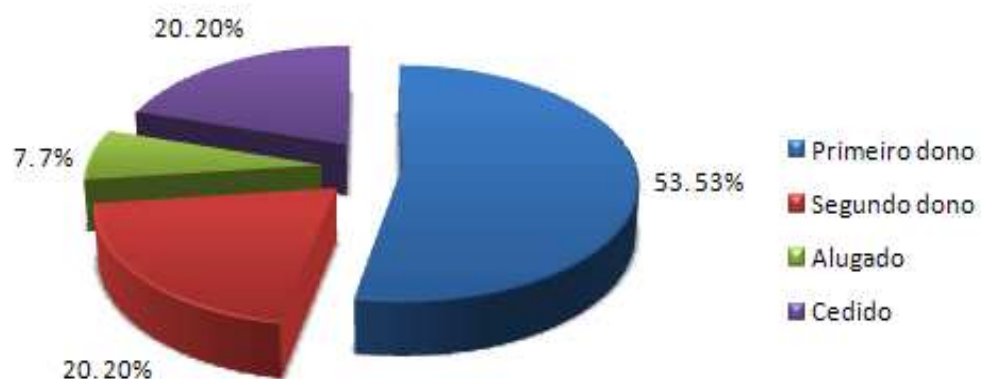


Gráfico 7: Percentual de apropriação atual no conjunto  
Fonte: Pesquisa de campo

Quando perguntados a respeito do tempo de moradia dos moradores no conjunto foi possível perceber que cerca de 40% dos entrevistados são moradores que receberam as chaves da SUHAB e lá permanecem residindo atualmente.

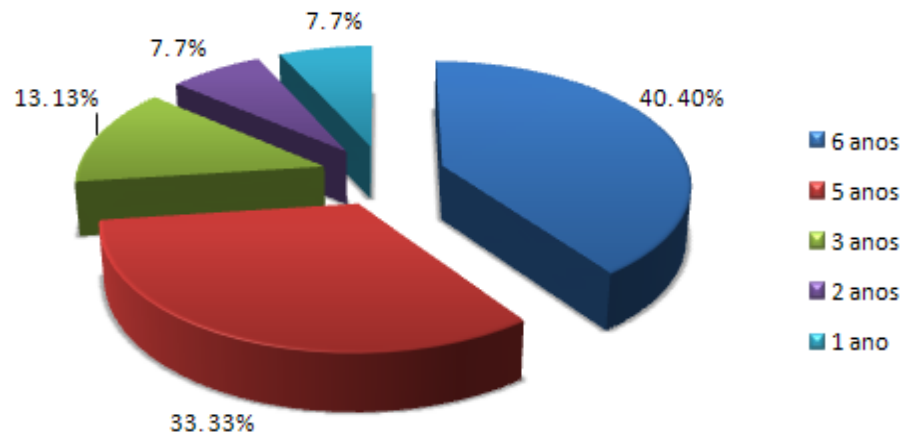


Gráfico 8: Percentual do tempo de moradia no imóvel  
Fonte: Pesquisa de campo

Quando perguntados, já na etapa final da entrevista, sobre o que cada morador acha de viver e morar neste conjunto habitacional, as respostas foram, apesar de muitos problemas por eles mesmos detectados, satisfatórias.

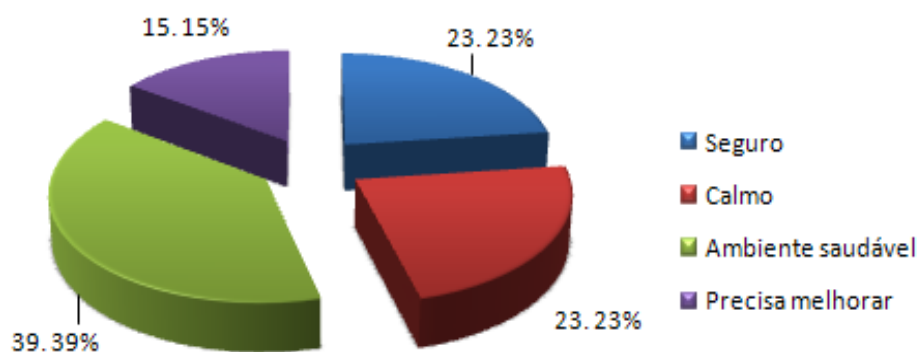


Gráfico 10: Percentual sobre a motivação para viver no conjunto  
Fonte: Pesquisa de campo

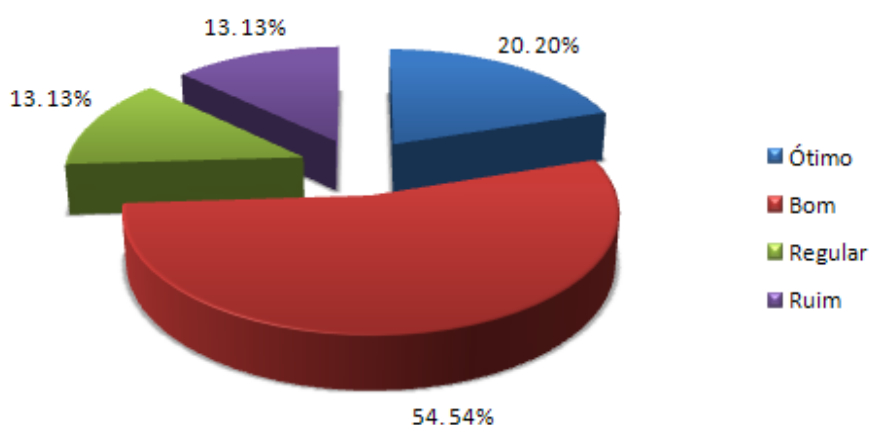


Gráfico 10: Percentual sobre a valoração de se viver no conjunto  
Fonte: Pesquisa de campo

Quanto a estes questionamentos foi possível observar que os moradores gostam de morar no conjunto apesar dos problemas ambientais existentes então pode-se concluir que o projeto cumpre, em parte, sua função social o que pode ser explícito por Rocha (1999) quando diz ser função social a habitação, condições adequadas de trabalho, recreação circulação humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo pudemos vivenciar que embora o conjunto habitacional Nova Cidade tenha sido bem planejado este apresenta, em diversas áreas, visíveis aspectos de periferização, pois a acessibilidade e a infra-estrutura demonstram-se limitadas. Quanto à especulação imobiliária o solo, metragem quadrada de terreno é pouco valorizado e ocupado, por atores sociais, que vivem em condições de precariedade econômica, social e ambiental, tendo por consequência, a sua qualidade de vida comprometida, principalmente aqueles que foram reassentados no conjunto advindos de áreas de risco e margens de igarapés.

Por outro lado, o conjunto que inicialmente foi construído com o objetivo de atender a demanda de funcionários públicos estaduais que não possuíam casa própria e viviam em casa de parentes ou pagando aluguel, foi desvinculado de sua meta principal porque o que se verificou é que a maior parte dos moradores cedeu, alugou ou vendeu suas residências, ou seja, os fins a que se dispunha a construção dessas moradias não foram alcançados plenamente.

Apesar da existência de bons indicadores habitacionais e ambientais, a exemplo, sistema educacional e coleta de lixo, não ficou perceptível inquietação por parte do poder público em alcançar melhores indicadores de qualidade de vida na localidade, ainda mais quando convivesse cotidianamente com a má distribuição de água, o esgotamento sanitário precário, a proliferação de habitações precárias em assentamentos informais e no entorno do conjunto e em áreas, antes consideradas verdes, causam muita apreensão por parte dos moradores e sem dúvida alguma influenciaram negativamente na qualidade de vida dos moradores à medida que a cidade cresce e a falta de planejamento se faz evidente e pulsante.

Outro fator ambiental muito delicado está na postura comportamental de alguns moradores que insistem em jogar lixo em áreas verdes existentes no entorno do conjunto e que além de causar vários problemas, contribuem com a contaminação do lençol freático, a

propagação de doenças, a contaminação de solo, a proliferação de insetos e enfim o comprometimento da higiene e da saúde em geral das populações.

Outro problema estrutural encontrado foram os espaços verdes que no projeto inicial destinavam-se a áreas de lazer como praças e parques e que possuíam em seu projeto básico implementação de projetos paisagísticos e instalação de equipamentos públicos, foram abandonados por parte do órgão responsável, pois nunca foram edificadas além de alguns estarem sendo invadidos por organizações religiosas, além de outras áreas que estão sendo “negociadas” pela própria SUHAB, perdendo sua função inicial que era a arborização no conjunto.

Quanto às questões ambientais de uma forma geral foi observado que desde o projeto inicial, as moradias do conjunto não apresentam projeto arquitetônico que viabilizasse conforto e funcionalidade ambientais tais como o investimento energético mínimo, menor utilização possível dos recursos e agradabilidade climática.

Na área do conjunto, foi observada a devastação vegetal para construção do conjunto e absurdamente esta obra foi edificada numa área de preservação ecológica, ainda durante a pesquisa exploratória foi possível visualizar o assoreamento dos igarapés que serpenteiam todo o conjunto, assim como também está abandonada até os dias atuais a área que possui um sítio arqueológico existente na intersecção dos núcleos do conjunto.

Diante ao cenário vivenciado nesta pesquisa ficou permissível sugerir-se a adoção de políticas públicas urbanas, ambientais e habitacionais que se antecipem aos problemas urbanístico-habitacionais, avançando antecipadamente com diagnósticos que antecedam às situações negativas ocorridas em outros projetos semelhantes, mas, sobretudo, a existência de uma gestão contínua mais eficiente, que contemple avaliações de desempenho de acordo com o que é recomendado pela Agenda 21, Agenda Habitat e Estatuto das Cidades, periodicamente.

Ainda sobre as questões sobre a gestão e o planejamento urbano-habitacional foi perceptível as políticas públicas insuficientes e fragmentadas promovendo na área exclusão do processo de produção de urbanização sustentável. Para tanto surge mais uma vez a necessidade de se rediscutir incansavelmente as questões político-habitacionais bem como novos instrumentos de gestão urbana de forma a convergir para um equilíbrio entre o social, o habitacional e o ambiental.

Dessa forma propomos que sejam criadas estratégias metodológicas processuais, sistemáticas e participativas realizadas a partir de etapas consecutivas e inter e intra dependentes desdobrada em outras atividades subseqüentes de forma a se obter esquema sistêmico de informações cíclicas. Vale ressaltar que as questões participativas devem se desenvolver a partir da proposta de interação com todos os atores diretamente envolvidos no processo. Neste aspecto fica a propositura de que os organismos institucionais públicos devem obrigatoriamente realizar consultas à população, grupo ou comunidade em relação aos projetos de moradias, deslocamento ou reassentamento.

É evidente que as instituições públicas devem rejeitar financiamentos de habitações adensadas que embrenhem políticas habitacionais e fundiárias cujos programas e projetos resultem no reassentamento forçado, deslocamento ou despejo de famílias e comunidades pobres e de grupos vulneráveis, ou até mesmo projetos entregues sem finalização.

Uma de nossas intenções para o bom intento deste trabalho esta na contribuição de informações que se expõem a partir das realidades vividas e a partir disso, criar, idealizar e sugerir ações que assegurem condições para melhoria da qualidade de vida humana, interferindo em menor intensidade nos recursos naturais do ambiente em questão, ou seja, da forma mais sustentável possível. Além disso, este estudo visa prover dados analíticos capazes de fundamentar futuras políticas públicas urbanas e habitacionais que garantam pleno equilíbrio entre as partes envolvidas no processo.

## **REFERÊNCIAS**

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.**

3. ed. – Brasília: Senado Federal, Sub-secretaria de Edições Técnicas, 2000.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

MANAUS – Prefeitura Municipal; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Desenvolvimento**

**Humano em Manaus – Atlas Municipal.** 2006. Volume I.

\_\_\_\_\_. SUPERINTENDENCIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS – SUHAB.

**Projeto de Habitacional Nova Cidade.** Manaus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município de Manaus.** Manaus, 2000/2004.

\_\_\_\_\_. **Lei do perímetro urbano.** Lei n. 644, de 8 de março de 2002. Manaus, 2000/2004.

\_\_\_\_\_. **Lei do Parcelamento do Solo Urbano.** Lei n. 665, de 23 de julho de 2002. Manaus, 2002.

\_\_\_\_\_. **Código Ambiental do Município de Manaus** Lei n. 605, de 24 de julho de 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor e Urbano e Ambiental de Manaus.** Lei n. 671, de 04 de novembro de 2002. Manaus, 2000.



AMAZONAS . **Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano**. Lei n. 644, de 8 de março de 2002. Manaus, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fundo Municipal para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (FNDMA)**. Lei Municipal n. 219/93 e Lei Municipal n. 2.570/94. Manaus, 1993.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura Municipal. Base cartográfica**. Manaus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor da Cidade**. Manaus, 2008.

\_\_\_\_\_. **Jornal A Crítica**, Manaus, publ. de dezembro/2005; publ.de maio/2007; publ.de março/2009.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, Manaus, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano**, Lei Municipal no. 2570/94, 1994.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazonia**. Cadernos PPUR. [S.I.], v.14,n.1, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia. **A Conquista Portuguesa na Amazônia**. In: ALVES FILHO *et. al.* Pontos de História da Amazônia.. 3 ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO AMAZONAS. Disponibiliza os acervos de domínio público da Biblioteca Pública do Amazonas, Biblioteca Arthur Reis e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, além de outros documentos elaborados especificamente para o site. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br>>. Acesso em 29 out. 2005

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Câmara dos deputados. 2001.

\_\_\_\_\_. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano**. Segunda Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos - Habitat II. Nações Unidas, 1996.

\_\_\_\_\_. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira**. Cidades Sustentáveis. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei 6938/81. **Política Nacional de Meio Ambiente** – PNMA , 1981.

\_\_\_\_\_. **Informações sobre os dados do censo demográfico de 2000/2004/2008.**

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>>. Acesso em: 08 fev. 2007.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. **Carta topográfica e das bacias hidrográficas.** Rio de Janeiro, 2002

\_\_\_\_\_. SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZONIA – SIPAM – IGER - **Projeto de Desmatamento da Área Urbana de Manaus,** 2007.

BASTOS, A. **Uso e ocupação do solo.** Disponível em <<HTTP://www.federativo.bndes.gov.br>. Acesso em 2007.

CARLOS, A. F. A., **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, E. faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: CEJUP, 1997.

CHINOY, E. **Sociedade: uma introdução à sociologia;** introdução de Charles Page, tradução de Octavio Mendes Cajado; consultor da ed. Brasileira: Manoel T. Berlinck. 4 ed. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.

CONDAMINE, Charles-Marie de la. **Viagem pelo Amazonas, 1735-1745.** Nova Fronteira, São Paulo: EDUSP, 1992.

COMUNNE, A.; CAMPINO, A. **Indicadores de qualidade de vida urbana**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, São Paulo, n.8, 1980.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**, 2 vols. (Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1965-1971).

CORREA, R. L. **Espaço Urbano**. São Paulo: Ática: 2006.

GEDDES, B. (1994), **Politicians dilemmas: building state capacity in Latin America**. Berkeley, University of California, caps. 1 e 3, 1994.

GEO-CIDADES. **Relatório Ambiental Urbano Integrado de Manaus**, 2002.

GOUVEA, L. **Biocidade**. São Paulo: Nobel, 2003.

FERRARA, L. D'A. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2ª ed. São Paulo: USP, 1999.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1993.

FREIRE, J.R.B., **A Amazônia colonial (1616-1798)**. 6 ed. Manaus: Editora Metro Cúbico, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOOGLE EARTH. **Base de dados**. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

GOMES, L.F. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.14, n.50, AGO.2005.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

GOUVEA, L. **Biocidade**. São Paulo: Nobel, 2003.

JACOBS, P. **Meio ambiente e sustentabilidade**. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. ed.especial. São Paulo, 2000.

LARDENT, L.R.A. **Zonas verdes y espacios libres em La ciudad**. Instituto de Estudios de Administración Local. Madri, 1982

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**.

Trad. Lucia Mathilde Endlich Orth- Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, 1994.

LINS, Filho, A. **Ambiente urbano e sustentabilidade: um estudo de caso no conjunto habitacional Nova Cidade, Manaus-AM**. Dissertação de Mestrado, UFAM/PPG- CASA, Centro de Ciências do Ambiente: Amazonas, 2005.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. Coordenação: Wanderley Loconte. São Paulo: Ed. Atual, 1997

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NODA, S.N. **Na terra como na Água: Organização e Conservação de Recursos Naturais Terrestres e Aquáticos em uma comunidade da Amazônia Brasileira**. Universidade de Mato Grosso. Cuiabá, MT. 182 p. il. 2000.

OLIVEIRA, J. A. de. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

\_\_\_\_\_. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer, 2003.

\_\_\_\_\_ ; ALECRIM, J.D.; GASNIER, T.R.J.(orgs.). **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: EDUA, 2003.

PRESTES, V. B. **Municípios e Meio Ambiente: a necessidade de uma gestão urbano-ambiental**. In: PRESTES (Org.). TEMAS DE DIREITO URBANO-MBIENTAL. Editora Fórum, Belo Horizonte, 2006.

PROJETO GEO CIDADES. **Relatório ambiental urbano integrado: informe GEO:Manaus**. Supervisão: Ana Lúcia Nadalutti La Rovere, Samyra Crespo; Coordenação: Rui Velloso. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROCHA, J.C.de S. **Função ambiental da cidade: direito ao meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado**. Rio de Janeiro: Editora Juarez de Oliveira, 1999.

SAHOP, **Conjunto habitacional**. In: VEROCAI, I. (org). Dicionário básico de meio ambiente. SL, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_ **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_ **Pensando o espaço do homem**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.



SECOVI . **A indústria imobiliária e a qualidade ambiental.** São Paulo: Pini, 2000.

SOUZA, M.L.de . **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 2000.

TENÓRIO, J.A. ESPINOSA, D.C. **Controle ambiental de resíduos.** In: ROMERO, M. BRUNA, G. (org). **Curso de gestão ambiental.** São Paulo: Manole, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes, e valores do meio ambiente.** Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

WILHEIM, J. DEAK, K. **Maximização da qualidade de vida em conjuntos habitacionais.** São Paulo: Cohab, 1970.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.